

# PORTUGAL DEMOCRATICO

Redação: Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2

ANO IV — N.º 37 — SÃO PAULO, JUNHO DE 1960 — Cr\$ 5,00

Caixa Postal 4.469

## BRASILIA E UM CARDEAL

Quando o órgão da Democracia Portuguesa, e não apenas do anti-salazarismo, que PORTUGAL DEMOCRATICO é, chegar às mãos de seus assinantes em todas as partes do mundo, e estiver sendo lido secretamente em Portugal por quantos — e é a esmagadora maioria do povo português — sabem que só na unidade firme e leal das forças anti-salazaristas reside o penhor de uma definitiva restauração democrática: quando isto acontecer, já a Novacap — Brasília terá sido inaugurada. Este jornal de portugueses acolhidos à generosidade hospitaleira do povo brasileiro não pode manifestar-se ante um acontecimento de tamanha transcendência, que, suscitando o espanto entusiástico de todos os países do mundo, gera no orgulho brasileiro — lisonjeado mas perplexo — as mais desencontradas reações. Na medida, porém em que Brasília representa um símbolo da confiança do Brasil na amplidão dos seus destinos; na medida em que o arrojo da iniciativa é um sinal do sopro de renovação, que varre da face do mundo as estruturas obsoletas; na medida em que a grandeza e a independência do Brasil são a garantia da grandeza e da independência de Portugal — este jornal sauda efusivamente a nova capital do Brasil, vendo nela a antecipação daquela unidade DE FACTO que, existente na língua comum, só a democracia COMUM pode consagrar.

E, por tudo isto, porque Brasília significa assim a esperança de que todas as coisas obsoletas serão varridas do mundo do futuro, PORTUGAL DEMOCRATICO lamenta sinceramente que, certamente julgando agradar ao simbólico sentimentalismo luso-brasileiro, Sua Santidade o Papa se tenha feito representar por uma criatura obsoleta que, príncipe da Igreja, não pode ter luso-brasileiramente, representado DE FACTO o Vigário de Cristo, na inauguração de Brasília, porque é o representante e o responsável da sujeição da Sua Igreja, em Portugal, ao governo ditatorial de Salazar, esse governo que persegue e assassina os católicos que, como católicos cientes da verdadeira palavra de Cristo, se opõe a confundir com esta Palavra a Paz sinistra que Salazar, falso católico, impõe ao povo português. Sua Santidade tem o governo difícil de uma grande nau numa época tormentosa. Mas são também tripulantes dessa nau o Cardeal de Lourenço Marques — que nunca se deixou intitular, absurdamente, "chefe" da Igreja Portuguesa —, ou S. Ex. Reverendíssima o Bispo do Porto, pelo qual perguntam ao Governo de Salazar os párocos da sua diocese, e que a Polícia Política, não permitiu que entre na pátria de onde essa política o expulsou. Símbolo da Igreja renovada que não quer nem tem responsabilidades nesses trinta anos tenebrosos, o Bispo do Porto seria, em Brasília, o digno representante da catolicidade que fez rezar a primeira missa do Brasil. É certo que não é cardeal, e não poderia ser legado papal, portanto. Mas está ainda muito a tempo de sê-lo. Exactamente como Portugal está muito a tempo de ser uma democracia — e de ter, portanto, um governo que, sem constrangimentos, sem sentimentalismos (como o fascismo é sentimental, Santo Deus), possa felicitar o Brasil sempre que uma nova capital se inaugure, e receber um Presidente do Brasil, sempre que a "pequena casa lusitana" estiver suficientemente limpa para o receber.

PORTUGAL  
DEMOCRATICO



Terá sido assim que Salazar e seus asseclas saudaram o presidente Eisenhower?

Alvaro Lins foi homenageado no passado dia 5 de maio, em S. Paulo, com um banquete oferecido pelas colônias portuguesa e espanhola desta capital. Homenagem não só ao Embaixador brasileiro que em Lisboa resistiu bravamente à prepotência do regime salazarista, como ainda ao ilustre Presidente da I Conferência Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal.

Entre os 600 participantes do banquete, anotou a nossa reportagem a presença das seguintes personalidades, entre outras:

Deputado estadual José Magalhães de Almeida Prado, vice-presidente da Comissão Coordenadora, representando o dr. Roberto de Abreu Sodré, Presidente da Ass. Legislativa Estadual; Desembargador Edgard de Moura Bittencourt; Dr. Dácio Arruda Campos, juiz titular da 12ª Vara Cível desta Capital; Deputados estaduais: Antonio Mastrocola, Israel Dias Novais, José Costa, Jairo Azevedo e Germinal Feijó; Frota Moreira, ex-deputado federal e dirigente do P.T.B.; Juiz Luiz Guedes Santos, de S. Paulo; General Humberto Delgado e Senhora; Lourival Gomes Machado, prof. da Faculdade de Filosofia da U.S.P.; Prof. Florestan Fernandes, vice-presidente da Com. Coord. e prof. da Faculdade de Filosofia da U. S. Paulo; Prof. Samuel Barnsley Pessoa, da Faculdade de Medicina da U.S.P.; Prof. Caio Prado Junior, da Faculdade de Direito de S. Paulo; Prof. Jorge de Sena, da Faculdade de Filosofia de Assis; Prof. Fausto Castilho, da Faculdade de Filosofia de Araraquara; Dr. Marcos Melega, Assessor Jurídico da Com. Coordenadora e Presidente da Câmara Municipal de São Paulo; Armando Martins de Azevedo, Vice-presid. da Com. Coord. e Presidente da U.E.E., Marcos Porto, Vice-presidente da U.E.E.; D. Maria Prestes Maia, Dr. Aldo Lins e Silva, Secretário Geral da Associação Brasileira dos Juristas Democratas; Dr. Barbosa Mello, diretor da revista "Leitura", representando o dr. Sergio Millet, Presidente da Com. Coord.; Escritor Adolfo Casais Monteiro; Comte. João Sarmiento Pimentel; Wilson Rahal, jornalista e ex-deputado estadual; Prof. Soares Amora e Sra. Diretor da Faculdade de Filosofia de Assis; Escritor Jorge Amado; Dr. Ennio Ennis Minhoto, secretário da Com. Coordenadora, ex-presidente do Centro "XI de Agosto"; Dr. Antonio Costa Correia e Dr. Raul Karacik e Sra., os dois primeiros da Comissão de Reestruturação do Partido Socialista Brasileiro; Escritor e prof. universitário Bernardo Canal Feijó e escritor Luis Emilio Soto, delegados argentinos que integram a Delegação Sul-

## HOMENAGEM A ALVARO LINS

Americana que foi à Península Ibérica; Antonio Guardiola, representando a coletividade espanhola de Montevideu; Dra. Dolores de Mello Vassão, Sec. Geral da Comissão Coordenadora; Dr. Murilo de Mello; Dirigentes sindicais: João Batista Anhaia Filho, da Federação dos Trabalhadores na Indústria do Papel e Papelão; Salvador Rodrigues, Presidente do Sindicato dos Marceneiros de S. Paulo; Sebastião Tavares, presidente do Sindicato dos Gráficos de São Paulo; Silvestre Bozzo, presidente do Sindicato dos Trabalhadores na Indústria do Papel e Papelão de S. Paulo; Mário Emilio da Cunha, 1.º secretário do Sindicato dos Trabalhadores Textéis de S. Paulo; António Navas Martins, 1.º secretário do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Energia Elétrica de S. Paulo, Odilvo Munerato, Tesoureiro do Sindicato dos Bancários e outros; Jesus Arias, Presidente do Centro Democrático Espanhol, Dr. Manoel Sertório, advogado, exilado português.

Deram sua adesão, mas não puderam comparecer: Prof. Noé Azevedo, da Faculdade de Direito de São Paulo e Presidente da Ordem dos Advogados (Seção de São Paulo); Prof. Theotônio Monteiro de Barros Filho, da Faculdade de Direito de São Paulo; Dr. Décio de Toledo Leite, Presidente do Tribunal Regional do Trabalho; Rubens Caramé, Prefeito Municipal de Itapetví; D. Dalva Uchoa, Presidente da Federação de Mulheres do Estado de São Paulo.

Durante o banquete fizeram-se ouvir diversos oradores, íntegra de cujas intervenções publicamos em seguida.

Encerando o ato de confraternização falou Alvaro Lins, não só para agradecer a solidariedade que lhe foi prestada, enquanto Embaixador em Lisboa, pela imensa maioria dos brasileiros, mas ainda para advertir o presidente da República dos perigos de uma colaboração diplomática com o governo totalitário de Portugal.

### DISCURSOS ENTUSIASTAS

O primeiro orador foi o sr. Armando Martins de Azevedo, presidente da União Estadual de Estudantes, que falou também em nome da Comissão Coordenadora da I Conferência Pró-Anistia, de que fez parte. Incitou todos os presentes a continuarem no desenvolvimento da tarefa inaugurada em Janeiro em São Paulo, até a libertação de Portugal e da Espanha.

A dra. Dolores Vassão entregou, depois, ao Embaixador Alvaro Lins, o diploma que pela I Conferência lhe fora concedido, como "amigo n.º 1 dos Povos da Espanha e de Portugal". Seguidamente, falou, pela delegação da Argentina, o sr. Luiz Emilio Soto, sucedendo-lhe o Prof. Dr. Jorge de Sena, que discursou em representação dos portugueses e cujas palavras reproduzimos noutra local desta edição. Em nome dos democratas espanhóis, falou o sr. Antonio Guardiola.

Usou depois da palavra o deputado sr. Israel Dias Novais, que evocou a campanha do general Norton de Matos — que acompanhou de perto —, referindo-se também ao movimento cívico que o general Humberto Delgado animou em 1958 em favor da restauração das liberdades fundamentais em

Portugal. "O Embaixador Alvaro Lins — concluiu — não representou apenas o Brasil em Lisboa, mas todo o mundo livre e todo o ideal de Liberdade".

O escritor Adolfo Casais Monteiro leu uma saudação do jornalista Paulo de Castro, que não pôde deslocar-se a São Paulo, por se encontrar doente, e cumprimentou também o ilustre homenageado. Finalmente, o Embaixador Alvaro Lins iniciou o seu discurso, por entre uma interminável salva de palmas das 600 pessoas que se encontravam no vasto salão do Palácio Mauá.

### A Palavra dos Portugueses

"Eu não podia recusar, quando me convidaram para, em nome dos portugueses democratas residentes no Brasil e em especial dos portugueses que participaram da Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Exilados e Presos Políticos Espanhóis e Portugueses, — disse o prof. Jorge de Sena — saudar V. Exa. que a essa conferência presidiu com uma dignidade e uma dedicação que o tornaram credor da nossa grata estima, se não houvesse já outros motivos pelos quais V. Exa. terá sempre um lugar de privilégio no coração do povo português. Não podia recusar, porque laços de amizade, de camaradagem intelectual e de particular gratidão, me ligavam a V. Exa. Não podia recusar, porque entendo que, na situação presente da nossa vida pública, um convite desses é uma ordem, um imperativo da consciência, um mandato transcendente, e irrecusável sem demissão daquela dignidade e daquela liberdade que a sua Pátria, Senhor Embaixador, nos concede e garante, e daquela outra dignidade e daquela outra liberdade, mais transcendentais ainda, que são a dignidade e a liberdade de Portugal, que representamos aqui.

A nossa homenagem a V. Exa. não é política, como a ação que lhe devemos o não foi. Quando V. Exa., cumprindo os humanitários usos da diplomacia hispano-americana, e obedecendo aos impulsos generosos do seu espírito superior, concedeu o asilo diplomático ao Sr. General Delgado, ao Presidente Eleito da República Portuguesa, V. Exa. não fez política, apenas fez humanidade. Quando V. Exa. aceitou presidir à Conferência Pró-Anistia, a defendeu contra tudo e contra todos, a dirigiu com um tacto e um senso de presidente nato, da mesma forma V. Exa. não fez política, e da mesma forma fez humanidade. Se praticar os atos pelos quais a humanidade é digna desse nome é fazer política; se proteger os perseguidos, visitar os enfermos e os encarcerados, é fazer política — o culpado de tão grandes aberrações não é V. Exa. nem o somos nós, mas aquela civilização que tanto se vangloria de cristã e constantemente a si própria se nega, fechando os olhos ante o que lhe mina os fundamentos, lhe desvirtua os ditames, lhe retira a legitimidade. Eu não sei, Sr. Embaixador, que democracia se defende, que liberdade se proclama, que justiça se pratica, quando se prefere a amizade dos governos à amizade dos povos, o silêncio das censuras e das prisões ao respeito pela pessoa hu-

(Continua nas pág. seguintes)

## RECEPÇÃO EM CASA DO GENERAL DELGADO



O sr. General Delgado e o Cônsul da Argentina

O líder democrático português e sua esposa, Sra. D. Maria Iva Delgado, ofereceram, no passado dia 12 de maio, na sua residência em São Paulo, um coquetel que reuniu dezenas de personalidades marcantes na vida política, cultural e social de São Paulo.

A esta reunião social assistiram, entre outros, Mr. e Mrs. William Cockram, consul geral da América do Norte; Sr. e senhora Raul Sanchez Loria — consul geral da Argentina; Sr. e senhora Cesar Reina Antoni, consul geral da Venezuela; General Franco Ferreira, chefe do Estado Maior do 2.º Exército Brasileiro, e senhora; Tenente-coronel Roberto Martins, representando o Comando da 2.ª Divisão Brasileira de Infantaria; Professor Antonio Soares Amora e Senhora; Professor Saldanha da Gama e senhora; Coronel-aviador Ferreira da Silva, consul do governo da República Espanhola no exílio; Dr. Julio de Mesquita Filho, diretor de "O Estado de S. Paulo"; Major Lorenzo Serrano, do "Movimiento de Liberación de Espanha"; Dr. Carlos Sanchez Suarez; Dr. Djalma da Cunha; Sr. e Senhora Ruy Bloem, do jornal "Folha de S. Paulo"; D. Regina Helena de Paiva Ramos, do jornal "A Gazeta"; Dra. Romilda Tavares, do Rio de Janeiro; D. Yone de Nova Monteiro e filha; Sr. Julio Fogliati (representando o sr. Ricardo Ma-

heiro); Senhor J. Lemos e D. Edmea Lemos; Dr. Cornelio Duarte e senhora; Senhora D. Arinda Amaral Lemos e filhos; Senhor Adail Duclos, Diretor-presidente de "Alimentos Seleccionados Amaral, e senhora; Senhor e senhora Severino da Luz, da mesma firma; Deputado Dr. Alberto da Silva Azevedo, diretor-presidente de "Cestas de Natal Amaral" e senhora; Sr. e senhora Carlos de Faria, da mesma firma; Dr. Maciel Casabona e senhora; Sr. e senhora Oswaldo Chiarella, da redação de "Amaral, em revista"; Deputado Dr. Murilo de Melo e senhora; Senhor Ildefonso Tricato; Sr. e senhora Raimundo Hernandez; Senhor e Sra. Von Grivici-Limau; Cap. Francisco Sarmiento Pimentel; Sr. Com. João Sarmiento Pimentel e senhora; Sr. e senhora Fortunato Cardoso Sarmiento Pimentel; Sr. Joaquim Carvalho, Presidente da "Associação Gen. Humberto Delgado"; Engenheiro Rica Gonçalves e senhora; Dr. Toga Machado, senhora e filha; Sr. Cap. Ciríaco da Cunha; Sr. Carlos Assunção Neves; Eng. Jorge Fideleiro de Figueiredo e senhora; Eng. Antonio Cepeda e senhora; dr. Rafael Leite; dr. Teixeira Lino e bem assim inúmeros associados, membros e orientadores do "Centro Republicano Português", do "Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão" e do jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

### DOCUMENTOS DA 1.ª CONFERENCIA PRÓ-ANISTIA

Em edição da Comissão Coordenadora da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia Para os Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses, acaba de ser publicado um volume sobre a grande manifestação latino-americana de solidariedade aos povos oprimidos da Península Ibérica. Nesse volume se inserem alguns dos principais documentos da Conferência que se reuniu em São Paulo de 22 a 24 de Janeiro de 1960 e foi, não há dúvida, um dos atos mais positivos em favor da redemocratização de Portugal e da Espanha.

### "AS IDEIAS POLITICAS DE CAMÕES"

O nosso companheiro de redação Henrique Pereira Santo profere às 20 h 30 do próximo dia 10 de junho (sexta-feira) — Dia de Camões, no Centro Republicano Português (Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 1) uma palestra sobre "AS IDEIAS POLITICAS DE CAMÕES". Cordialmente se convidam a assistir à palestra os sócios daquele Centro Republicano, os leitores de PORTUGAL DEMOCRÁTICO e o público em geral.

### O TRISTE ANIVERSARIO

Saudando o chefe supremo da PIDE, 61 portugueses (16 do Rio e os restantes de São Paulo) publicaram uma mensagem no imundo "O Mundo", a propósito do aniversário do famigerado ditador. Pessoa que foi convidada "a aderir", comunica-nos que o custo da página publicitária somou 50.000 cruzeiros, embora cada um dos "patriotas" tenha esportulado a quantia de 3.000 cruzeiros. Mas não se afluam os comendadores ou candidatos a tal (entre os quais, de resto, se encontram alguns que se fazem passar, às vezes, por... democratas), pois o Santa Comba sabe como se fazem estas homenagens...

# O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

## CENTO E SETENTA MINEIROS PRESOS: TERROR EM ALJUSTREL

A 8 de Abril, a vila de Aljustrel, importante centro mineiro do Alentejo, viu-se ocupada por quinhentas "feras" da GNR, PSP e PIDE que, sob o comando pessoal do diretor desta última seita de malfeitores e assassinos, conduziu uma vasta acção repressiva, levando a dór e a fome a 170 lares de humildes mineiros.

Que crimes cometeram estes homens para serem arrancados ao trabalho, ao convívio dos familiares, trancafiados em carros celulares e transportados, como gado, para Lisboa, depois de estropeados e massacrados?

Doze, entre eles, na manhã desse dia de terror, foram impedidos de trabalho, estavam despedidos. Os seus companheiros baixaram à mina, mas com eles baixou também a firme disposição de não cair a revolta perante a arbitrariedade.

Desceram à mina — a Mina de Algaes — e lá ficaram 35 horas, de braços cruzados, até que, rendidos pela fome — a PIDE pretendia matá-los à mingua, impedindo que as suas mulheres baixassem água e comida — se entregaram aos algozes.

Mas eles sabiam que o seu sacrifício não seria em vão. Entretanto, a notícia do seu comportamento heróico correu célere por todas as minas, por toda a Vila e os restantes mineiros de Aljustrel largaram o trabalho e rumaram para o Sindicato. Aí permaneceram, reclamando a presença do delegado do INT (um nome que não deve ser esquecido: Bento Caldas) para apresentarem as suas reivindicações: readmissão dos mineiros despedidos e aumento de salários.

Como respondeu este "músico" da harmonia entre o Capital e o Trabalho (capital belga e trabalho escravo português) a tão justas reclamações? Mandou cercar o Sindicato por soldados da GNR e PSP. Estas forças, capitaneadas pelos rafeiros da PIDE lograram ocupar — passado dia e meio de resistência dos mineiros — o edifício do sindicato, a golpes de coronhada, cassetetes e bombas de gás lacrimogénio.

Depois, pela calada da noite, foi o terror silencioso: as prisões.

Hoje, são cento e setenta homens, chefes de família, de quem dependem centenas de bocas que, famintas, clamam por justiça.

Basta de crimes!  
A palavra de ordem do chefe da "gang" que ocupa a nossa Pátria — aguentar, aguentar, aguentar... — responde o Povo Português com acção, acção e mais acção.

Aos democratas portugueses espalhados pelo mundo cabe denunciar os monstruosos crimes da ditadura e ajudar as vítimas do terror policial.

"Portugal Democrático" saúda os valentes mineiros de Aljustrel e apela para todos os democratas no sentido de fazerem chegar às famílias das vítimas do salazarismo, o calor da sua solidariedade.

### RESCALDO DO 31 DE JANEIRO NO PORTO

Como noticiamos, as comemorações de 31 de Janeiro, no Porto, constituíram uma potente manifestação popular, que mobilizou cerca de 10.000 pessoas.

Assinalamos também, a forma brutal como o governo salazarista reprimiu esta jornada cívica: carros de assalto, gases lacrimogénios e, pela primeira vez, um auto-tanque foi utilizado contra os patriotas portugueses que ousaram desobedecer às ordens do "dono" de Portugal.

Mas, os espancamentos, o sangue que fez correr, não bastaram para aplacar a ira do "deus". Impunha-se lançar a "matilha" contra os cidadãos mais ousados e catrifiá-los nas celas subterrâneas do "palacete" da Rua do Heroísmo, até confessarem — com os "safanões a tempo", as "queimadelas com pontas de cigarro", a "torsão

dos testículos" ou usando o método mais científico da "estátua" — que são perigosos agitadores, agentes de subversão da ordem social estabelecida.

Entre os diversos detidos, encontra-se Avelino Braga, um jovem do Porto, que se atreveu a filmar a massa dos 10.000 portugueses que saíu às ruas para homenagear os heróis do 31 de Janeiro.

Avelino Braga ainda está preso e a sua máquina de filmar foi roubada pela PIDE. Como deixar provas tão evidentes do descontentamento popular e do massacre de que foi vítima a população portuguesa?

No Portugal de Salazar, paraíso dos pobres comendadores que por estas bandas fazem a sua apologetica, impera a ordem e a quietude das águas que banham os fortes de Caxias e de Peniche e até ajudam a decompor cadáveres baleados pelos capangas da ordem salazarista.

### NOVAS CONDENAÇÕES

Quase diariamente, na singeleza de meia dúzia de linhas — tantas as necessárias para manter o medo e dar uma aparência de legalidade ao regime e à justiça — a imprensa portuguesa noticia julgamentos de patriotas pelos "pides togados" nos tribunais plenários, chamados "tribunais plenários".

É de "República" — jornal que alinha ao lado do Povo Português na luta pela restauração das liberdades democráticas — que extraímos as seguintes notícias:

### TRIBUNAL PLENÁRIO DE LISBOA

\* No Tribunal Plenário de Lisboa foram julgados os srs. Raul António Cordeiro, de 38 anos, empregado bancário, natural de Idanha-a-Nova; José Alves de Almeida, de 37, empregado de escritório de Lisboa; José Ignácio da Cruz, de 35, empregado no comércio, de Setúbal, e Albertino Ferreira de Oliveira, de 29, da mesma profissão, da Caparica, acusados de fins subversivos.

Foram condenados: o primeiro em dois anos e três meses de prisão maior; e os restantes em dois anos e dois meses de prisão maior, perda de direitos políticos por quinze anos, 1.000\$ de imposto de justiça e medidas de segurança de seis meses a três anos.

\* O Tribunal Plenário da Boa Hora, sob a presidência do sr. desembargador Silva Caldeira, reuniu-se ontem, para julgar as sras. D. Aída da Conceição Paulo, de 40 anos, solteira, ajuntadeira, e D. Luisa da Conceição Paulo, de 61, viuva, tecedeira, ambas de Lisboa. Segundo o despacho de pronúncia, faziam parte, há mais de vinte anos de uma organização secreta e ilegal.

Depois de demorado interrogatório, depuseram três declarantes, oito testemunhas de acusação e cinco de defesa. As incriminações tiveram como seu patrono o sr. dr. Pinto Gonçalves. Discutida a causa e graduada a responsabilidade de cada uma, o tribunal condenou a sra. D. Aída da Conceição Paulo em dois anos e meio de prisão maior celular e a sra. D. Luisa Paulo em dois anos de prisão, cada uma na perda de direitos políticos por quinze anos, mil escudos de imposto de justiça e nas medidas de internamento de seis meses a três anos, por períodos prorrogáveis.

\* Acusados, segundo o despacho de pronúncia, de terem feito propaganda subversiva na região de Reguengos de Monsaraz, respondeu ontem no Tribunal Plenário de Lisboa, os srs. dr. António Vaz Natário, médico-veterinário, de 39 anos; Francisco Gonçalves Valadas, de 33, fundidor; e António Joaquim Correia, de 31, canteiro, todos daquela região.

O Tribunal condenou o primeiro e o segundo, cada um, em catorze meses de prisão correcional, perda de direitos políticos por cinco anos, e 1.000\$00 de imposto de justiça, e o terceiro, em doze meses de prisão correcional e perda de direitos

políticos por cinco anos. A pena foi dada por expiada com a prisão já sofrida, pelo que saíram em liberdade.

A audiência foi presidida pelo sr. desembargador Silva, ladeado pelos srs. corregedores-adjuntos António de Almeida Moura e Borges da Gama.

### TRIBUNAL PLENÁRIO DO PORTO

\* Como noticiamos, concluiu o julgamento do sr. dr. José Pedro Dias Junior, professor da Escola Industrial Infante D. Henrique, acusado de actividades comunistas.

O tribunal proferiu a sentença que condenou o sr. dr. José Pedro Dias Junior em dois anos de prisão maior, quinze anos de suspensão de direitos políticos, 1.000\$ de imposto de justiça e medidas de segurança de seis meses a três anos.

Professores, advogados, médicos, engenheiros, empregados, operários e camponeses, homens e mulheres de todas as idades e condições sociais, numa evidente unanimidade e unidade lutam pelo derrubamento do fascismo salazarista.

Já não engana ninguém o monócórdico disco dos acusadores: actividades subversivas, atentados contra a segurança do Estado, é a hermenéutica jurídica de que se servem os lacaios de Salazar para encobrir os atropelos que cometem, diariamente, contra as próprias leis fascistas.

### CONDENADO SEM JULGAMENTO

O Professor Sá da Costa, ilustre intelectual português e editor em Lisboa, foi preso e recolhido à Fortaleza de Caxias (que nada tem que ver com a fortaleza do nosso Deputado Tenório Cavalcanti) há mais de um ano. Apesar do tempo decorrido, Sá da Costa não foi processado, não foi julgado, não pôde prestar fiança e também não foi solto... Naturalmente, o Doutor Sá da Costa não segue a política da Ditadura salazarista, mas seus "crimes" não são concretos e por isso não o julgam... Um desses "crimes", foi a ideia (em Portugal ter ideia é crime) de solicitar ao escritor António Sérgio uma tradução do "Contrato Social" de Rousseau. Claro que o livro não foi traduzido nem publicado. Rousseau não é "persona grata" para o Doutor Salazar... (de "Ultima Hora", Rio)

### CÔNSUL DE SALAZAR

Antes do início da conferência que o Prof. Dr. Soares Amora proferiu há dias, na Casa de Portugal, sobre a figura do Infante D. Henrique, o Cônsul de Salazar em São Paulo retirou-se da sala por que, entre o público, se encontrava o sr. General Humberto Delgado. Constatamos que vai ser promovido — com uma transferência. Boa viagem.

### "OFICIO DE TREVAS"

Já em todas as boas livrarias, o livro de poemas do nosso muito querido companheiro de redação, CARLOS MAIA DE ARAUJO.

Não só por solidariedade para com este companheiro, mas ainda pela qualidade lírica de seus poemas, aconselhamos o Leitor a adquirir OFICIO DE REVAS.

Se você Leitor de PORTUGAL DEMOCRÁTICO, não morar numa grande cidade, peça, por reembolso postal, OFICIO DE TREVAS, quer para a Editora Livros de Portugal (Rua da Alfândega, 88, Rio de Janeiro), quer para a nossa Redação.

OFICIO DE TREVAS é ilustrado pelo consagrado desenhador brasileiro Clóvis Graciano.

# Opiniões Insuspeitas

JOÃO SARMENTO PIMENTEL

Nos fins de Abril reuniu em Nova York o COMITÊ SOCIAL DO CONSELHO ECONOMICO E SOCIAL DAS NAÇÕES UNIDAS, que aprovou um projeto de declaração sobre liberdade de informação cujos três primeiros artigos Salazar certamente mandara vetar quando forem submetidos à ASSEMBLEIA GERAL, pois eles contrariam frontalmente o modus vivendi da "FERMOSA ESTRIBARIA".

São estes os artigos:

1.º — O direito de conhecer e o direito de procurar a verdade são fundamentais e inalienáveis. Todos têm o direito de, individual e coletivamente, procurar, receber e transmitir informações.

2.º — Todos os governos devem observar política de proteção ao livre curso de informações dentro e fóra do país. O direito de procurar e transmitir informações deve ser assegurado para que o público possa conhecer e interpretar os fatos.

3.º — Os meios de informações devem ser empregados a serviço do povo. O desenvolvimento de meios nacionais independentes de informação devem ser estimulados. Nenhum governo, órgão ou interesses oficiais ou privados devem exercer controle sobre os meios de divulgação de maneira a impedir a existência de diversidade de fontes de informações ou privar o indivíduo de livre acesso a essas fontes.

Ainda no artigo 5.º recomenda o COMITÊ: — Os direitos e liberdades proclamados acima devem ser universalmente reconhecidos e respeitados e de nenhuma maneira devem exercer-se em sentido contrário aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

Veremos o cinismo com que o delegado do sinistro ditador junto da O.N.U. vai defender a cortina de silêncio que há 33 anos tenta ocultar ao mundo inteiro as delícias do Estado Corporativo, e como justificará a proibição de entrarem em Portugal jornais de grande reputação pela honestidade e seriedade do seu serviço de informações, e de aturada e corajosa defesa da liberdade de imprensa, como sempre foram "O Estado de S. Paulo" e o "Diário de Notícias", ou revistas da categoria cultural de "Anhembi", e de informação universal como "Time".

Talvez o delegado brasileiro tenha o ensejo de ali meter o bedelho, na legítima defesa da imprensa do seu país que a censura da PIDE vem prejudicando sem respeito pelos tratados internacionais e também negando aquela amizade e consulta às vespas da sanção prestencial...

E só este pouco, porque entrando nos interesses comerciais e afetivos, havia os livros que não podem ser vendidos, a correspondência censurada como em tempo de guerra e até a proibição dos portugueses residentes no Brasil casarem com brasileiras...

## UMA DECLARAÇÃO DE ALVARO LINS

O embaixador Alvaro Lins, referindo-se à viagem a Lisboa do sr. Pio Correia, que ali foi tratar de assuntos relacionados com o Tratado de Amizade e Consulta entre o Brasil e Portugal, fez as seguintes declarações à imprensa:

"Nenhuma pessoa menos adequada haveria do que o ministro Pio Correia para o exercício da missão. O chefe do Departamento Político do Itamarati é sabidamente um diplomata comprometido com as ditaduras. Da parte do Governo brasileiro, essa escolha foi um erro grave e uma lamentável levandade; da parte do ministro Pio Correia, constitui uma falta de escrúpulos até de senso moral aceitar uma missão para a qual ele mesmo deveria se julgar suspeito e incompetibilizado, senão pelos outros motivos, pelas ligações de sua família com o salazarismo

# NÃO VÁ A PORTUGAL...

PEDE MARIA DELLA COSTA A JK

Conhecem-se os incidentes de que foi vítima a companhia de Maria Della Costa, por parte da censura, da polícia e de alguns salazaristas "ultras", quando da apresentação de espetáculos teatrais em Lisboa.

Sandro Poloni, diretor da "troupe", fez, no regresso ao Brasil, as seguintes declarações aos jornais acerca das lamentáveis arbitrariedades de Salazar e seus comparas:

Inicialmente foi proibida a montagem de «Desejos», do grande dramaturgo norte-americano Eugene O'Neill, que obteve o Prêmio Nobel na década de trinta. A peça "Alô... 36-499", de Abilio Pereira de Almeida, foi entregue à repartição oficial, e nunca mais devolvida ao elenco, não obstante todos os requerimentos a ela endereçados. Com as gestões do embaixador Negro de Lima, a Censura liberou a "Alma boa de Se-Tsuan", de Brecht, após 5 meses de lutas. Tomaram-se as providências para encenação do texto, inclusive a ida a Portugal de uma atriz brasileira e do diretor Flaminio Bollini Cerri, e os sicários do Governo incumbiram-se de tumultuar as apresentações, a fim de que se forjassem pretextos para proibir a montagem, sob a alegação de que "perturbava a ordem publica".

O povo português, entretanto — esclarece Sandro — prestigiou os artistas e o espetáculo, acenando com lenços brancos e apontando os provocadores (que eram sempre os mesmos), a fim de que fossem presos. Mas logo depois a polícia soltava os desordeiros...

Como Sandro conceitasse o público a manter-se calmo, foi finalmente proibido de falar. Toda a máquina ditatorial funcionou com o objetivo de mentir que o povo recusava a obra de Brecht. Finalmente, num sábado à tarde, quando não se encontrava em Portugal o embaixador brasileiro, a empresa recebeu uma ordem verbal para encerrar a carreira da peça. Diante da insegurança, o elenco pediu asilo à Embaixada Brasileira, só não se efetivando a medida porque prejudicaria a ida a Paris e a Roma. Sandro Poloni faz questão de agradecer aos diplomatas brasileiros, que sempre deram a maior assistência à companhia. Depois de quase uma semana de interdição, as autoridades portuguesas concordaram em indenizar o elenco pelos prejuízos, na quantia de 170 contos portugueses, isto é, aproximadamente um milhão e cem mil cruzeiros. Quando "A alma boa" ficou em cartaz, proibiu-se até que os anúncios mencionassem ter sido o espetáculo o mais premiado pela crítica brasileira.

## A SUJA "VOZ" (DO "DONO")

O reles pasquim "A Voz", de Lisboa, reconhecidamente monarca-fascista e órgão oficioso da sinistra "união nacional", insultou torpe e covardemente os atores e artistas brasileiros. Usando de novo os processos que definem a marca do diretor imbecil daquele jornal mediocre e do seu redator principal,

o inefável Dutra Faria, "A Voz" (do seu "dono"), segundo declarações de Maria Della Costa, atribuiu à grande atriz brasileira uma entrevista, com declarações inacreditáveis e inteiramente falsas. A sua afirmação, segundo a qual "respeitava o governo português, porque tinha a obrigação de respeitar o governo do país em que estava trabalhando", foi transformada em alegorias encomiásticas, entre as quais a de que "compreendia a proibição de Brecht e concordava com ela".

Os empresarios foram à censura pedir um desmentido integral das declarações, e a um jornal para, na coluna livre, esclarecer os acontecimentos. A resposta era "que dificilmente uma coluna de jornal poderia ser posta à nossa disposição, mas, de qualquer maneira, o jornal em questão dari uma satisfação a todas as pessoas que o procurassem para tratar do assunto".

Comentários? Que cada um faça o que quiser...

Queremos apenas acrescentar que nas declarações que fez à Imprensa do Rio de Janeiro e de São Paulo, Maria Della Costa apelou para o Presidente Juscelino Kubitschek, pedindo-lhe que não vá a Portugal, pois, se o fizer, Salazar e sua propaganda tudo farão no sentido de fazerem "acreditar ao povo português que o povo e o governo brasileiros prestigiam a ditadura".

## DECLARAÇÕES DOS ATORES BRASILEIROS

A Companhia Maria Della Costa entregou à Imprensa uma declaração, na qual se salienta, nomeadamente:

"Denunciamos claramente à opinião pública brasileira, que a expansão cultural brasileira, é hoje temida violentamente pela censura portuguesa, porque ela abre brechas no seu trabalho lento de sufocamento da cultura naquele país. Esta é a verdade que o Governo Brasileiro precisa saber, nossos governantes, nossos intelectuais, nossos artistas, nosso povo. E é em nome dessa verdade, que lançamos um apelo para que o Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, não vá a Portugal. Essa viagem, como de qualquer outra personalidade brasileira, será utilizada, como tem sido sempre, para fazer acreditar ao povo português, que o povo e o governo brasileiro, apoiam e prestigiam, e ainda mais, concordam, com o espezinhamento, o truncamento da liberdade artística, da liberdade de imprensa, da liberdade de expressão, da liberdade de pensamento, alvos e objetivos exclusivos da furia medieval e cega da censura portuguesa.

## TRIBUNA LIVRE

# A ILUSÃO

O fim da leitura do livro de Maria Archer (\*), é um fim triste. Não que o HEROI morra, desapareça como na última cena dos dramas do romantismo. Não. Ele não morre; não desaparece. — Em nós é que morre mais uma ilusão — a da Justiça dos homens.

O futuro de qualquer Nação depende da Educação de sua Juventude. O único direito que assiste à geração presente, é saber dar à geração do amanhã uma formação capaz, sólida, concreta; saber indicar-lhe qual o caminho a seguir, mas fazê-lo sem titubeações, fazê-lo de forma a não deixar dúvidas quanto à solidez dos princípios que seguiu. Não se pode garantir a eficiência dum primos em condições de poder fazer ciplo, se nós próprios não estivermos a nossos filhos que estamos dentro dos princípios da verdade. Não mintamos, ainda que coagidos, para que amanhã não venham pedir-nos contas das mentiras que insuflamos como verdades em seu espíritos ávidos de aprender e de saber. Não levantemos um idolo de ouro com pés de barro; porque se hoje, jovens ainda, só o brilho do ouro os orusca; amanhã, já homens, o barro desfeito em pó asfixiá-los-á, como hoje nos asfixia a nós o barro de nossos pais.

Por isso o fim do livro de Maria Archer, é um fim triste.

Perdida a última ilusão na Justiça, que outra ilusão acalentar? E a Juventude necessita ideais, incentivos, provas de sua capacidade na resolução dos problemas do amanhã. Governar é um atributo humano fazer justiça, é um direito que assiste ao povo. Um mau regime não obriga, implicitamente, uma má Justiça; a não ser quando esse regime gerou um mau governo. E então ensinemos à juventude como criar um Governo; não lhe ponhamos diante dos olhos o quadro de uma ninhada de ratos devorando um queijo gordo.

A iniquidade, quando baseada no direito único da força, fere mais fundo a alma dos homens. E este não foi o fim de um homem só. E a realidade triste de todo um povo. De um povo obrigado a ser fraco. — Não se julgou e condenou um homem. Os Juizes que o ouviram, expoentes da mais alta Justiça da Nação, vilipendiaram o direito e a legalidade. Ex-puseram ao ridículo da consciência universal o que de mais inangível e sagrado possui um povo: SUA JUSTIÇA, o direito de julgar. Por isso seu fim é triste; por fazer-nos desacreditar não só na Justiça, mas também no ideal do povo que foi obrigado a acolher essa sentença. Um mau Juiz não torna condenável a Justiça, assim como um mau padre não desautoriza a moral de uma religião. Não. Mas se um mau Juiz profere uma sentença iníqua com o beneplácito e o apoio de um governo, o direito de julgar desaparece.

Não vamos aqui discutir a legalidade

de desse governo. Se mais provas não existissem, bastar-nos-ia esta: uma entidade que desautoriza perante um povo, em benefício próprio ou de alguém directamente a si ligado, o seu mais sagrado direito e dever, o de julgar, implicitamente deixou de concretizar o sentimento desse povo. Porque se em unidade existe a iniquidade, em conjunto existe somente um sentimento comum, que não pode ser iníquo porque ele é o presente que amanhã será futuro dessa Nação.

Não vamos discutir, repito, a legalidade desse governo. Contra o direito da força, o direito da lógica, da moral e do direito, são meras conjecturas sem significado na prática. Vale o que é, não aquilo que valeria se fosse. — (E um português encontrou eu que invocou até o direito consuetudinário para lhe provar a legalidade, baseado na tradição de 30 anos! Pobre Portugal! Enquanto os outros países procuram medir seus passos pelo progresso dos mais adelantados, existe um, Deus meu, do qual um filho basela a legalidade de um regime pela contagem dos anos, é porque "se governou tantos anos, é porque não é tão mau assim." — Não se lembrarão de que, a ser assim, pelo direito de tradição, ainda hoje em Portugal deveria governar Sua Magestade, pois governou mais tempo a Monarquia que a Republica, e no entanto, em 5 de Outubro de 1910 esse direito não foi invocado porque seria ridículo!) — Não discutamos a legalidade, Julgue-se o direito de julgar. — Existe uma Constituição. Existe uma Lei. Só não existe é o direito de a aplicar. Roubou-se ao cidadão o seu mais precioso direito de NACIONALIDADE: o direito de ser igual perante a Lei que rege os princípios de seu povo. Dentro de sua Pátria, o homem sem Lei, sem Direitos constituídos, esse homem é o mais apátrida dos apátridas. Porque este é-o e sabe que o é. Aquele é-o, mas não sabe. Dão-lhe a ilusão de um mapa colorido, de um nome, de uma carteira de identidade. E um cidadão legalizado. Mas iludido. Porque a Lei que lhe dá o direito de um nome, de ser número num arquivo de identificação, não tem força própria para proteger esse nome que lhe deu ao registrá-lo. O cidadão existe, mas não é. Assim como a Lei existe, mas não prova.

E aí sim. Só 30 anos de prepotência, de TRADIÇÃO, nos poderiam dar o espectáculo triste de uma Justiça jogada no descrédito. De um Direito sem força. De uma Lei sem alçada. — De homens que atiram à Nação o escarro da violência, fiados, precisamente, em que 30 anos de rotina, de força, quebraram o carácter de todo um povo, como a prisão continuada depauperou a vontade do condenado, sem se lembrarem que eles são somente o instante que passa, e a JUSTIÇA é a sapiência de milénios.

Cunha de Leiradella (\*) "Os Últimos Dias do Fascismo Português"

## Missão pró-anistia dos presos políticos lusos e espanhóis

A fim de dar cumprimento às decisões da 1.ª Conferência Sul-Americana Pró-Anistia para os Presos e Exilados Políticos Espanhóis e Portugueses, partiu para a Europa uma delegação sul-americana.

Os membros da referida delegação, constituída pelos srs. deputado António Mastrocola (Brasil), líder da UDN na Assembléa Legislativa de São Paulo; prof. dr. Florencio Escardó, vice-reitor da Universidade de Buenos Aires; prof. Bernardo Canal Feijó e escritor Luís Emilio Soto, todos da Argentina; deputado Luís Hierro Gambardiella (Uruguai) e escritor Hernan Diaz Arrieta (Chile).

A primeira escala registrou-se no Vaticano, onde foi entregue a S.S. o Papa João XXIII

uma mensagem sobre as condições em que vivem os presos políticos espanhóis e portugueses. Acerca da recepção em Espanha, transcrevemos um telegrama da UPI, datado de 13 de maio e proveniente de Santiago do Chile, no qual se indica:

"A embaixada espanhola informou que seu governo decidia não conceder o visto para que ingresse no país o escritor chileno Hernan Diaz Arrieta, que se propunha pedir às autoridades da Espanha e de Portugal a liberdade de presos políticos. O embaixador espanhol Tomas Ferrer explicou que o escritor poderia visitar a Espanha em caráter particular, porém, não com a missão anteriormente mencionada e que teve ampla divulgação."

JÁ SAIU

# QUANDO OS LOBOS JULGAM

(A DEFESA DE AQUILINO RIBEIRO)

PEDIDOS À ADMINISTRAÇÃO DE "PORTUGAL DEMOCRÁTICO"

(Continuação da pag. 1)

mana, a arbitrariedade das ditaduras à legalidade das democracias livremente eleitas e escolhidas. E como eu, Sr. Embaixador, nenhum português o sabe, nenhum português o compreende, e, quando a hora da libertação chegar, será muito difícil, a todos nós que nos queremos responsáveis, encontrar portugueses que, cientes das oportunidades políticas, o saibam perdoar. Este escândalo do mundo ocidental, contra cuja existência as consciências livres do mundo ibero-americano levantaram um protesto que foi para nós uma consolação balsâmica; este escândalo que são nobres povos que fizeram a civilização ocidental privados de se manifestar, e representados por governos que ninguém elegeu, em agravações que se apresentam como defensoras daquilo mesmo que esses povos criaram com a sua coragem e com o seu espírito, com o seu sangue e com a sua alma; este escândalo que são os exilados e os presos, e a inteligência amordaçada e a justiça villipendiada, e a liberdade escarnecida; este escândalo, Sr. Embaixador, será política denunciá-lo, protestar contra ele, exigir que ele acabe? Ou será, antes, e muito apenas — humanidade? O amor da liberdade, o amor da democracia, o amor da justiça social, o amor da dignidade humana, não são política, não são partidário, não são, sobretudo, subversão. Quando os demócratas erguem a sua voz clamando contra aquele escândalo, não o fazem para subverter coisa alguma! Pelo contrário, como patriotas, como cidadãos do mundo, como homens, eles erguem a sua voz contra a subversão, contra o perigo que ameaça a humanidade inteira, que estará sempre à beira do abismo, enquanto os fascistas de todo o mundo tiverem um país para onde possam volver os olhos, cientes de que, para eles, nem tudo está perdido. E tudo isto, Sr. Embaixador, não é fazer política. Tudo isto, minhas senhoras e meus senhores, é só exigir dos homens que sejam coerentes consigo próprios, e não saibam viver em paz com a sua consciência, esquecendo os sofrimentos, e fingindo que, de onde não ouvem nada, é porque não há nada a ouvir.

A Conferência que V. Exa. levou a um triunfo que está longe de ter produzido todos os seus frutos teve para nós, portugueses, um significado muito especial. E que tenha sido V. Exa. a presidi-la dá a esse significado um ainda mais especial relevo. Ao levantar pela primeira vez, num conclave internacional, o problema do povo português, há mais de 30 anos privado de sua liberdade, a Conferência pôs o mundo e as democracias perante as suas próprias responsabilidades de honestidade política e de solidariedade humana. Ao presidi-la V. Exa., a Conferência sancionou a que ponto a sua isenta e generosa ação em Portugal correspondia aos anseios, ao pundonor e à hombridade dos povos latino-americanos. E de tudo isto resultou uma verdade: que, se os governos autoritários de Portugal e da Espanha são solidários, se se fizeram um ao outro e se amparam um ao outro, os povos peninsulares — desde os Pirineus ao Cabo Horn — são solidários na defesa de uma latindade que não é só da língua, mas também do respeito pelas normas do direito, sem as quais as sociedades são bárbaras, e do respeito pela caridade, pela fraternidade, pela independência do espírito, pela legitimidade dos governos, pela vida humana, sem as quais as sociedades, por mais higiênicas, ordenadas e ricas que sejam, são e serão selvagens.

Nós somos, Sr. Embaixador, e o Brasil conosco mais do que se supõe às vezes, velhas civilizações. Quando o Brasil e as repúblicas hispano-americanas conquistaram a sua independência — não se libertaram de nós, de Portugal e da Espanha. Não: o que fizeram foi muito diferente: deram o primeiro passo para nos libertar a nós, de uma servidão de séculos. Esta Conferência que celebramos foi um segundo passo. Portugal e a Espanha esperam que, dado o terceiro e último, estaremos todos juntos nessa conquista definitiva da liberdade. Conquistadores de Impérios, Portugal e a Espanha partirão juntos à conquista do último, do mais precioso, do mais imortal dos impérios: o da liber-

# HOMENAGEM A ALVARO LINS

dade. E esse império, essa liberdade de Portugal e da Espanha, é a única garantia universal da independência do Brasil e das repúblicas latino-americanas. Enquanto houver, em Portugal e na Espanha, um corpo escravo, uma alma escravizada ou um espírito entregue à escravidão, a liberdade das Américas, suas filhas, nunca estará segura. Se não nos libertarmos todos juntos, ninguém nos libertará. A amizade e o apoio dos povos amantes da paz e da democracia não podem fazer tudo.

Sr. Embaixador Alvaro Lins: a sua consciência e a sua ação, pelas quais lhe somos tão gratos, criaram-lhe deveres a que V. Exa. saberá corresponder. Ao desejar-lhe, em meu nome pessoal e em nome de quantos — e são todos os portugueses, mesmo aqueles que, fludidos ou enganados, julgam V. Exa. um instrumento de forças tenebrosas — represento neste instante, as maiores prosperidades e os maiores êxitos para V. Exa. e para Sua Exma. Família, eu sei que estou desejando a prosperidade do povo da minha Pátria e do povo espanhol. E faço votos para que, em breve, no seio de uma Comunidade que só a democracia poderá firmar, possamos recebê-lo solenemente como filho dileto de Portugal, que V. Exa. já é.

Viva Portugal!  
Viva o Brasil!

grande homem, o grante, o intemperato cidadão brasileiro, que numa hora trágica assumiu atitude de tal nobreza que nunca haverá palavras para lhe exprimir a gratidão do nosso povo.

Quer o acaso, ou o destino, que tenha sido eu um dos primeiros a saudar em Portugal a revelação do escritor Alvaro Lins, há exactamente 20 anos. E também deve ter querido o destino que essa sua estreia tenha sido um dos melhores livros escritos em língua portuguesa sobre o nosso grande Eça de Queiroz, não só grande escritor, mas grande pela parte que tomou na luta pela elevação moral, intelectual e cívica dos portugueses. Não foi já o acaso que fez do Alvaro Lins autor de "História Literária de Eça de Queiroz", o defensor intransigente do direito de asilo, que pela sua firmeza deu a Salazar e aos seus lacaios uma lição admirável de superioridade, fazendo com que a lei da selva por uma vez deixasse de imperar, fazendo-lhes sentir o que pode a democracia quando encontra homens à altura dos seus mais puros ideais.

Por uma vez, a sorte que tanto o tem ajudado deixou de brilhar para Salazar, e ele pôde ser desmascarado à luz do dia, perante os olhos atônitos do mundo, que assim pôde ver o que se escondia por trás da máscara do suposto pater-

país, e o melhor da sua inteligência, souberam compreendê-lo e acompanhá-lo.

Alvaro Lins iniciou uma nova fase na luta para a extinção desses cancro que enegrecem aquele extremo da Europa; deu uma inestimável contribuição para que cada vez seja mais difícil aos protectores supostamente democráticos de Salazar continuar a beneficiá-lo com um protecção igual à que teve também como consequência a entrega do povo espanhol nas mãos da arbitrariedade e da violência. Com a atitude do Embaixador Alvaro Lins, viu-se como as democracias devem falar aos tiranos, e que falar-lhes, como ele falou, não constitui uma atitude de vão e teórico protesto, mas um ato eficiente e capaz de abalar os próprios alicerces do regime.

Senhor Embaixador e meu querido Amigo Alvaro Lins: a sua intervenção para salvar o general Humberto Delgado das garras do fascismo salazarista não foi um acidente nem um incidente: foi a expressão verídica do Brasil autêntico, graças a encontrar-se como seu representante em Lisboa alguém capaz de elevar a sua função à alta dignidade que ela deve ter e por isso mesmo o Brasil estava atrás de si, com a mesma fé na vitória da verdade com que o acompanhou o coração do povo português. O seu gesto criou a verda-

tivesse ao vosso lado juntando a minha voz à de todos os que hoje agradecem a Alvaro Lins um pouco do muito que tem feito pela causa da democracia e da dignidade dos povos peninsulares.

Os oradores deste banquete vão dizer com eloquência e aclamados por todos, o que devemos a Alvaro Lins, a este homem que soube ser um grande embaixador do Brasil porque é um grande amigo de Portugal, resistiu à adulação da oligarquia, e preferiu a amizade do nosso povo a honrarias oficiais, preferiu arriscar o seu lugar e perdê-lo a entregar o general Humberto Delgado à polícia do ditador.

E' um grande homem que homenageamos hoje, esperando o dia em que o faremos nós e todo o nosso povo nas ruas quando de outros embaixadores não se souber ao certo o nome ou se existiram.

Se presente representaria o PORTUGAL DEMOCRÁTICO. Ausente desejo dizer apenas duas palavras. O nosso jornal, desde o primeiro momento defendeu a candidatura do general Humberto Delgado, como o defendeu no seu asilo na embaixada, e sempre esteve com firmeza e veemência ao lado do Embaixador Alvaro Lins. Nas suas colunas nunca saiu uma palavra desprimorosa para alguém que tenha desde sempre ou em qualquer momento prestado um serviço à causa da democracia. Este princípio foi observado para todos os homens e para todas as correntes. Este será imperturbavelmente o princípio que seguiremos por o considerarmos o único pratico e o único fecundo à causa da democracia portuguesa e uma de-



Um aspecto do banquete de homenagem ao dr. Alvaro Lins

## O DISCURSO DE CASAIS MONTEIRO

Em nome do COMITÉ DOS INTELECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRO-LIBERDADE DE EXPRESSÃO, o escritor Adolfo Casais Monteiro proferiu o seguinte discurso:

"Embaixador Alvaro Lins, meu querido e ilustre Amigo:

Os meus companheiros do Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão muito me honram, querendo que seja eu a lhe dirigir aqui a palavra em nome deles. Os jornalistas, os homens de ciência, os artistas, os professores, os escritores radicados e exilados neste país que o constituem podiam, a seu turno, ter-se como delegados do melhor da inteligência portuguesa encerrada no campo de concentração que fizeram da sua própria pátria, pois toda ela só pela evidente impossibilidade dum exílio de outra espécie é que não está representada neste Comité, e nesta reunião em que homenageamos o

nal condutor do povo português forjada pela propaganda paga da ditadura. Por uma vez, além disso em plano internacional, se pôde verificar a eficiência que pode ter contra os regimes ditatoriais a aplicação por outro país, sem qualquer intromissão na política interna daqueles, dos princípios fundamentais do direito internacional e dos direitos básicos do homem. Esse choque da civilização contra a barbárie, da nobreza e da dignidade contra a tortuosidade e a hipocrisia, da força do direito contra a força sem direito, ligou para sempre o nome de Alvaro Lins à luta pela restituição de Portugal aos portugueses, pela libertação dum povo, no seu corpo e no seu espírito; e, na verdade, nós não teremos nunca palavras suficientemente eloquentes para lhe dizer quanto isso significou para todos nós, principalmente para aqueles que vivendo no Brasil, tinham a liberdade de acompanhar todas as fases do seu admirável combate contra o homem tórvo de Santa Comba, e ver como a imprensa deste

deira e única expressão que pode ter a Comunidade Luso-Brasileira. pela sua acção na Embaixada do Brasil em Lisboa, a democracia brasileira ergueu, em pleno feudo da ditadura, a bandeira dos Direitos do Homem. Não há palavras para lhe dizer o que isso significou para um povo amargurado e isolado do mundo. Só a maneira como o seu acto avultará na História dirá para sempre o lugar que Alvaro Lins ganhou na luta pela libertação do nosso povo. Obrigado".

## SAUDAÇÃO DE PAULO DE CASTRO

O nosso companheiro de redacção Paulo de Castro fôra incumbido de saudar o Embaixador Alvaro Lins, em nome de PORTUGAL DEMOCRÁTICO. Não pôde deslocar-se a São Paulo, em virtude de se encontrar doente, mas, por ele, Casais Monteiro leu a seguinte saudação:

"Por todos os motivos devia estar presente nesta homenagem a Alvaro Lins. Uma doença não grave mas teimosa impediu que es-

monstração de unidade que devemos dar aos inimigos comuns.

As suas colunas continuam abertas a todos os portugueses, a todos os combatentes da causa da libertação da Pátria, sem pedir-lhes atestado de ideologia e apenas exigindo que respeitem a linha democrática do jornal e afastem dos seus pensamentos o que possa dividir-nos ou possa criar problemas de ordem política ou de ordem pessoal. Neste momento PORTUGAL DEMOCRÁTICO sauda a todos os presentes e particularmente ao embaixador Alvaro Lins, por tudo o que tem feito para que Portugal torne a ser uma Nação".

## Discurso de Alvaro Lins

Comovidamente, mas com firmeza, o homenageado proferiu o seguinte discurso:

"Vejo por esta reunião entre tantos brasileiros e portugueses, que, se tornei, durante algum tempo, mais difíceis ou até conflituosas as relações entre os governos brasileiro e português, por efeito de uma caso diplomatico, na verdade tornei também mais afetuosas e profundas as relações entre os

dois povos, por tempo muito duro. E as relações entre os povos importam mais do que as relações entre os governos. Sobre tudo quando esses governos jamais podem ajustar-se de maneira perfeita num determinado momento histórico, porque um seja expressão de um regime democrático e o outro de uma ditadura.

"Não recebo estáo tão grande homenagem, e grande pelo numero e pela qualidade dos presentes — acrescida da circunstancia extraordinariamente honrosa de ser realizada em São Paulo — como sendo de ordem pessoal. Aceito-a como um ato politico, embora não no sentido partidario ou faccioso, que isto não caberia em assuntos e problemas de politica externa. Na verdade, este banquete é uma continuação da Primeira Conferencia Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos Politicos de Portugal e Espanha. E a presença dos delegados hispano-americanos confirma isto, evidentemente.

"Creio que devo aquela presidencia do Congresso e esta homenagem de hoje ao fato de ter honrado em Portugal, quando embaixador do Brasil, com simplicidade mas também com a devida firmeza, os compromissos internacionais do meu País, assinalados em três tratados sobre o instituto do asilo, o de Havana, o de Montevideu e o de Caracas. Pois ao ver-me ante o pedido de asilo do general Humberto Delgado, compreendi que dar ou negá-lo iria de qualquer forma envolver o nome, o prestigio e a honra do Brasil, embora a decisão fosse uma prerrogativa exclusiva e pessoalmente minha, como chefe de uma missão diplomatica.

Compreendi mais, que dar ou negar o asilo deveria significar, ao mesmo tempo, um dever funcional como diplomata e um ato de consciencia como homem. E concedi o asilo. E sustentei em Lisboa o principio do asilo durante 98 dias de crise diplomatica. Acrescento, necessariamente, que isto em nada significou intervenção na vida politica interna portuguesa, que já mais pratiquei nem pretendi praticar. Não existe no Itamarati um só fato concreto porventura alegado ou apresentado, oficialmente, pelas autoridades portuguesas contra a correção do procedimento estritamente diplomatico do então embaixador do Brasil em Lisboa.

"Tenho a impressão, por outro lado, de que o asilo concedido e caracterizado, com tantos sacrificios e dificuldades, pela Embaixada do Brasil, alcançou também o efeito de valorizar, de modo geral, as missões diplomaticas latino-americanas em Lisboa. Defendido e assegurado o principio do asilo no caso Humberto Delgado, seguiram-se, até hoje, oito casos de asilo ao todo, em embaixadas latino-americanas na capital portuguesa. Isto documenta a falta de garantias, segurança e liberdade na vida publica de Portugal, como também que a atitude da Embaixada do Brasil, no caso do general Humberto Delgado, estabeleceu um principio e ficou constituindo norma na materia desse instituto de Direito Internacional.

"Menciono a seguir, os países que, depois do Brasil, concederam asilo a cidadãos portugueses perseguidos e vencidos: Argentina, Venezuela, Cuba, Uruguai e Colombia, dois deles com mais de um asilado. Mencionei-os na ordem cronologica em que concederam asilos. Um deles, a Colombia, acha-se no limiar de uma crise diplomatica com o governo português, tendo seu atual embaixador renunciado ao cargo, para não submeter-se à verdadeira intimação da ditadura lusa, no sentido de fazê-lo cancelar o asilo dado há poucos dias e ainda não solucionado ao ex-magistrado e atual advogado Sebastião Ribeiro.

"Ora, é num momento desses, com esse quadro diplomatico da situação de tantos países latino-americanos em face do governo português, que se anuncia a viagem do presidente da República do Brasil a Portugal, na qualidade de co-anfitrião. Sobre este assunto dirijo-me exclusivamente aos brasileiros aqui presentes, pois este é, privativamente, um assunto brasileiro, embora com repercussões internacionais, que podemos prever como das mais penosas e desvantajosas para o nosso País.

"Não me ocupo deste assunto nem como amigo, nem como inimigo do presidente Juscelino Kubitschek. Nem como correll-

gionario, nem como adversario do seu governo. Sei que aqui estão brasileiros de diferentes situações partidarias e de varias tendencias — e respeito-as todas.

"Certa vez, durante o incidente diplomatico do caso Delgado, fui procurado pelo então lider da opposição da Camara Federal, e também diretor de um jornal carioca, ocasião em que lhe disse:

"Não poderei falar ao senhor como jornalista, por efeito de um preceito ético que me impede de dar entrevistas ou fazer declarações à imprensa, enquanto for embaixador. Mas se o senhor me declarar que se encontra na minha presença como lider da opposição, neste caso, eu lhe falarei sem reservas e lhe facultarei até a vista de documentos, de acordo com o criterio que sempre adotei, de que, em materia de politica externa, não há governo ou opposição, e sim, tão-só o País.

"E' dentro desse criterio, pois, que me manifesto hoje sobre a viagem do presidente da Republica a Portugal, a realizar-se no proximo mês de agosto. Se o senhor Kubitschek fosse fazê-la no carater de convidado, de visitante, nada teria talvez a opor, a não ser achá-la de mau gosto e inoportuna. Indo, porém, na qualidade de co-anfitrião, isto implica em problemas graves e importantes, não só para os interesses do Brasil, mas para o nosso proprio pundonor nacional, senão para a dignidade da nossa soberania.

"O que parece, à primeira vista, uma honraria excepcional do governo português significa, na verdade, o contrario. Estando lá como visitante, o presidente do Brasil iria "receber" as honras da casa; estando lá como co-anfitrião, o presidente do Brasil irá "fazer" as honras da casa. Temos, justificadamente, que de uma posição principal, como visitante, o senhor Kubitschek passará a uma posição subalterna, como co-anfitrião.

"Anfitrião será o presidente de Portugal; co-anfitrião, o presidente do Brasil. Isto quer dizer que, estando os dois chefes de Estado juntos — inclusive para receber, nas solenidades, as missões diplomaticas especiais, e os embaixadores estrangeiros — estando os dois assim lado a lado, o primeiro lugar será do almirante Americo Tomás, anfitrião, e o segundo lugar, do presidente Juscelino Kubitschek, co-anfitrião. Temo — e isto na melhor das hipoteses — que o presidente Kubitschek vá fazer as vezes de Primeira Dama do presidente Tomás.

"Por outro lado, como co-anfitrião, o presidente do Brasil, chefe de um país democratico, irá ser simbolicamente, moralmente, figuradamente, o chefe de Estado também da ditadura portuguesa, durante sete dias, que tantos são os que ele lá irá passar, segundo se anuncia. E esta foi, por certo, a terrivel intenção — embora disfarçada em distincção e honraria — do governo português, ao colocar a visita do nosso presidente em tais termos, para a sua propria e exclusiva vantagem.

"Antes de tudo, ainda, será como apresentar ao mundo a democracia brasileira a homologar a ditadura portuguesa contra o povo português, quando não nos cabe, como Estado e Governo, nem homologá-la, nem condená-la, que este é um assunto de politica interna de Portugal. Depois, será como apresentar uma comunidade luso-brasileira, mas com sede e centro exclusivos em Lisboa, como se fossemos Ghana em Paris ou a Australia em Londres. Por exemplo: o Tratado de Amizade e Consulta foi arquitetado em Lisboa; em Lisboa vai reunir-se dentro de poucos dias, para regulamentá-lo, a comissão mista de brasileiros e portugueses; e em Lisboa, como colonial, o sr. Kubitschek irá assinar esses atos de regulamentação.

"Até agora vinha sendo utopica a comunidade luso-brasileira — e utopica justamente porque mantida e sustentada apenas nas camadas oficiais — seja em termos de valorização politica do lado do governo português, seja em termos de verbalismo sentimental, do lado dos governos brasileiros.

"Com a viagem do presidente do Brasil, nas condições anunciadas, o governo português passará a extrair o máximo desse rendimento politico simultaneamente em duas frentes. Uma delas diz respeito ao prestigio mesmo do regime ditatorial dentro dos quadros da situação interna portuguesa, que ficará assim, mais fortalecido peran-

te o povo, por efeito da apparencia de sua confraternização e identificação com a democracia brasileira, segundo os termos estritos, habitualmente sugeridos pela propaganda, de uma comunidade alcançada e feita por eles nos moldes aproximados da britânica e da franceza.

"A outra, diz respeito ao poderoso suporte que isso representará, a serviço indiscriminado do atual sistema colonialista português na Africa e na Asia, deste modo mais valorizado e consagrado nos jogos diplomaticos das Chancelarias, pela força e pelo peso da presença do presidente do Brasil como chefe de Estado, simbolicamente, nos quadros da ditadura portuguesa.

"Do ponto de vista de nossa politica americana, sobretudo latino-americana, as implicações serão talvez mais graves e importantes. Vejo, por exemplo, que o atual embaixador do Brasil em Portugal acaba de informar à imprensa que serão assinados pelo primeiro mandatario brasileiro, alguns atos internacionais, durante sua estada

xada em Lisboa procurei resguardar os sentimentos e defender os interesses do Brasil, aliás nesse caso, em consonancia e harmonia com os verdadeiros sentimentos e interesses de Portugal.

Empenhei-me também para que a reunião da Comissão Mista para regulamentar o Tratado fôsse efetuada no Rio de Janeiro, já que favorece sobretudo o governo de Lisboa. Tudo inutil. Os nossos delegados já estão de partida, tendo à frente o chefe do Departamento Politico do Itamarati, um diplomata a serviço das ditaduras, especialmente da ditadura portuguesa.

Pretende-se, portanto, agora, a regulamentação que não fôra possível em 1956. Ora, logo o artigo primeiro do Tratado de Amizade e Consulta estabelece que os dois governos devem se consultar reciprocamente em suas iniciativas e atitudes em materia de politica externa. Mas como se pode realizar isso na prática entre um governo democrático e um governo ditatorial?

com a colônia alemã, no hitlerismo.

"Muitos outros aspectos e muitos outros problemas existem a serem levantados em torno e em consequência da presença do presidente do Brasil em Portugal como co-anfitrião, ou seja, como co-chefe de Estado português. Está claro que não posso abordá-los todos neste momento, tanto pela natureza da homenagem como pela exiguidade do tempo. Por certo eles virão a público, oportunamente e antes de agosto, para exame e consideração do proprio presidente da Republica.

"Prefiro acreditar, por enquanto, que o senhor presidente Juscelino Kubitschek ainda não se deteve nestes aspectos e problemas. Ou que, talvez, ninguém os tenha ainda levado à sua presença e consideração. Será melhor acreditar, ainda, que os seus ministros, assessores e conselheiros não tenham querido perturbar a sua euforia por esta viagem, o seu maravilhamento ante as homenagens e aclamações que irá receber em



Quando o Embaixador, Alvaro Lins agradecia às homenagens

em Lisboa, entre eles a regulamentação do Tratado de Amizade e Consulta. Esse Tratado não se acha até agora em vigor, por falta exatamente da necessária regulamentação, que me parece impossível, aliás, nos termos em que o mesmo Tratado colocou as relações entre os dois países.

"Em 1956, por ocasião da visita do presidente Craveiro Lopes ao Brasil, tinha-se igual empenho nessa regulamentação. Opus-me, como embaixador, e resisti a que isto se fizesse naquela ocasião, no que tinha a consciencia de estar prestando um serviço a ambos os países. Isto mostra que o meu pronunciamento de hoje não é improvisado ou um produto de paixões ou ressentimentos, mas que desde o principio de minha emba-

"Sobretudo, pergunto: se esse artigo do Tratado fôr devidamente regulamentado e entrar em vigor, como ficará a politica especificamente americana, a Operação Pan-Americana, a chamada OPA, que o presidente Juscelino Kubitschek tem afirmado constituir a base e o fundamento da politica exterior do seu governo? O senhor presidente da Republica acha-se, agora, ante uma séria prova no que diz respeito à sua convicção real e sinceridade autêntica em relação à sua propria OPA.

O artigo 2.º do Tratado, por sua vez, sob a aparência de dar aos portugueses, aqui, os mesmos direitos dos brasileiros, poderá é fazer da colônia portuguesa uma espécie de quisto, a serviço de Salazar, no estilo que já vimos aqui

Portugal, para a apresentação de tais aspectos e problemas, mas que o presidente precisa conhecer para refletir sobre eles e assumir, em seguida, a responsabilidade pessoal de todas as consequências da sua viagem e da aceitação do título e função de co-chefe do governo salazarista.

"Quanto a mim, se me fôsse dado, ainda, fazer-me ouvir, eu lhe diria:

— Faça de conta que está lhe falando novamente aquele seu antigo chefe da Casa Civil, que nunca lhe falou como bajulador e que nunca lhe faltou com a verdade, isso para melhor servi-lo, ao governo e ao país. E que, naquele tempo, por lhe falar sempre a verdade e nunca ter sido um aulico, evitou alguns erros para o presidente e alguns vexames para o seu governo.

"Estão nesta sala brasileiros de muito prestigio e influencia nos setores mais diversos, da sociedade paulista e da sociedade brasileira, em condições de levantarem em todo o País uma campanha de esclarecimento a respeito dessa anunciada viagem a Portugal do presidente do Brasil, nas condições em que vai ser feita, humilhantes para o nosso Chefe de Estado e vergonhosas para o Brasil. Uma campanha no sentido de evitar-se a viagem ou, pelo menos, que ela venha a ser feita em outras condições, sem o título e as funções de co-anfitrião, situação na aparência honrosa, mas na realidade desprimorosa, para o Brasil e a sua democracia.

"Faço, nesse sentido, um apêlo aos brasileiros aqui presentes: aos políticos, aos parlamentares, aos intelectuais, aos escritores, aos artistas, aos jornalistas, aos líderes sindicais, aos universitarios, todas as classes, a todas as entidades, a todos os homens que possam falar, escrever, agir e influir. E com isto estou certo de dar mais um testemunho de amor para com Portugal e de cumprimento do dever para com o Brasil.

Muito obrigado a todos os presentes pela honra da homenagem e pelo estímulo dos aplausos".

(Continua na pag. 6)



O dr. Jorge de Sena falou em nome dos portugueses

(Cont. da pag. 5)

**SOLIDARIEDADE A ALVARO LINS**

Associaram-se ainda à homenagem ao Embaixador Alvaro Lins o sr. Comendador Ricardo Seabra, que se fez representar pelo sr. Comandante Sarmiento Pimentel; o sr. Nuno Marques Ribeiro e Francisco Vidal, do jornal "Tribuna Médica"; o escritor Sérgio Milliet, que presidiu à Comissão Coordenadora da I-a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia, o qual salientou "a ação rápida, eficiente, dedicada (...), pela prova de amor à liberdade que tão altivamente soube dar" o escritor e homem público Alvaro Lins; e bem assim inúmeras personalidades portuguesas, brasileiras e de outros países, as quais, por meios diversos, fizeram chegar ao Embaixador da Comunidade Luso-Brasileira a expressão de sua admiração e reconhecimento.

**TELEGRAMA DA ARGENTINA**

Dos srs. Professores Doutores Aniceto Monteiro e Ruy Luís Gomes, chegou da Argentina o seguinte telegrama endereçado ao jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO:

"Como Portugueses e Universitários, associamo-nos à justíssima homenagem ao Embaixador Alvaro Lins, por suas desassombradas atitudes em defesa das liberdades democráticas que tão alto têm elevado o prestígio do Brasil".

**SAUDAÇÃO DO PRESIDENTE DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA**

O deputado sr. Roberto de Abreu Sodré, presidente da Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, enviou a seguinte mensagem de solidariedade:

"Meu caro Embaixador Alvaro Lins

"Por motivos de força maior, não poderei comparecer às justas homenagens que vem prestando à causa democrática. O seu comportamento como representante do Bra-

**Agitação no Ultramar**

A nossa redação chegou o seguinte documento que reproduzimos na íntegra — e sem comentários, que é ao governo de Salazar que compete dá-los:

**RESOLUÇÃO DA II CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS (Tunis, Janeiro de 1960)**

**SOBRE AS COLÓNIAS PORTUGUESAS**

A II CONFERÊNCIA DOS POVOS AFRICANOS, reunida em Tunis de 25 a 30 de Janeiro de 1960. Depois de proceder ao exame da situação em que se encontram os

países africanos sob dominação portuguesa, nos quais impera ainda o regime de trabalhos forçados e as populações indígenas sofrem uma exploração sem limites.

Condena a política colonialista de Portugal e denuncia tanto a repressão sistemática a que os movimentos nacionais desses países estão sujeitos, como os preparativos de guerra do Governo português em Angola.

Reafirma o direito das populações das colónias portuguesas à independência nacional e determina que os Estados Africanos independentes e todos os Povos de África devem dar a essas populações um apoio incondicional.

Exige a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde.

Faz apelo às Organizações membros desta Conferência para que organizem, durante o ano de 1960, uma jornada de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa.

Faz apelo ao Comité Especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não autônomos, para que levante o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação portuguesa.

(...)

**INFORMAÇÃO:** Na II Conferência dos Povos Africanos os movimentos nacionais das colónias portuguesas estiveram representados por cinco delegados:

Do Movimento Anti-Colonialista e Organizações a ele ligados:

Abel DJASSI — Hugo MENEZES — Lucio LARA — Viriato CRUZ

Da União das Populações de Angola:

J. GILMORE

Assinado pelo sr. dr. Abílio de Oliveira Águas, antigo Cônsul de Portugal, foi recebido o seguinte telegrama:

"Calorosas homenagens dos democratas luso-americanos ao Embaixador Alvaro Lins pela sua sempre lembrada e nobre atuação acolhendo o nosso ilustre General Humberto Delgado, assim afirmando, simultaneamente, elevados princípios de justiça e humanismo e os fraternos sentimentos do Brasil para com Portugal. Cordeais saudações".

países africanos sob dominação portuguesa, nos quais impera ainda o regime de trabalhos forçados e as populações indígenas sofrem uma exploração sem limites.

Condena a política colonialista de Portugal e denuncia tanto a repressão sistemática a que os movimentos nacionais desses países estão sujeitos, como os preparativos de guerra do Governo português em Angola.

Reafirma o direito das populações das colónias portuguesas à independência nacional e determina que os Estados Africanos independentes e todos os Povos de África devem dar a essas populações um apoio incondicional.

Exige a libertação imediata de todos os prisioneiros políticos em Angola, Moçambique, Guiné e Cabo Verde.

Faz apelo às Organizações membros desta Conferência para que organizem, durante o ano de 1960, uma jornada de solidariedade a favor dos territórios sob dominação portuguesa.

Faz apelo ao Comité Especial das Nações Unidas, encarregado de estudar a questão dos territórios não autônomos, para que levante o problema da descolonização e da independência dos territórios sob dominação portuguesa.

(...)

**INFORMAÇÃO:** Na II Conferência dos Povos Africanos os movimentos nacionais das colónias portuguesas estiveram representados por cinco delegados:

Do Movimento Anti-Colonialista e Organizações a ele ligados:

Abel DJASSI — Hugo MENEZES — Lucio LARA — Viriato CRUZ

Da União das Populações de Angola:

J. GILMORE

Assinado pelo sr. dr. Abílio de Oliveira Águas, antigo Cônsul de Portugal, foi recebido o seguinte telegrama:

"Calorosas homenagens dos democratas luso-americanos ao Embaixador Alvaro Lins pela sua sempre lembrada e nobre atuação acolhendo o nosso ilustre General Humberto Delgado, assim afirmando, simultaneamente, elevados princípios de justiça e humanismo e os fraternos sentimentos do Brasil para com Portugal. Cordeais saudações".

**Maria Archer fala sobre a África Portuguesa**

Conforme anunciamos, a escritora Maria Archer proferiu no "Centro Republicano Português", em 28 de abril findo, a sua conferência sobre "Presença da Mulher na Pátria Social da África Portuguesa". Apresentada ao público pelo Comandante João Sarmiento Pimentel, presidente da Diretoria do "Centro Republicano Português", Maria Archer iniciou a sua interessante conferência enunciando os ensaios que já consagrara às questões do luso-tropicalismo, através de dez livros, alguns dos quais citados por mestres sociólogos, como fez Gilberto Freire em "O mundo que o português criou" e em "Aventura e Rotina".

Referindo-se, mais especialmente, às colónias Angola e Moçambique, Maria Archer procedeu a uma cativante e frequentemente saborosa análise sociológica do povo feminino desses territórios, divididos nos setores de brancas, mestiças e negras.

A conferência, que foi uma grande e proveitosa lição de luso-tropicalismo, finalizou com apontamentos de crítica e uma espécie de profecia. Maria Archer, de acordo com os sociólogos, entende que a emigração altera os princípios morais do emigrante e que a colonização da África portuguesa sofre desse vício fundamental. As populações negras, perturbadas pelos brancos conquistadores e invasores, destruídas nos seus quadros de cultura tribal, cultura autóctone, milenária, não tiveram como guias para uma nova civilização colonos imbuídos de exemplaridade nos costumes. Perderam a pureza da vida gentílica sem receberem iniciação no melhor da cultura europeia. Deve-se confessar que a colonização

branca não contribuiu de modo nenhum para elevar o nível da civilização do negro, quer nas colónias de portugueses quer nas dos outros povos colonizadores.

Entende Maria Archer, e ousa dizê-lo em tom de augúrio, que a negra selvagem será chamada a apresentar um grande papel na evolução da independência africana. Nem pela quantidade, nem pela qualidade, a branca ou a mestiça africanas podem interferir decisivamente na sequência dos acontecimentos que se processam na África contemporânea. E hoje, o maior desses passos históricos é o nacionalismo.

A nossa brilhante colaboradora sugere que, neste momento, pelos sertões, pelas senzalas perdidas nas florestas, pelas savanas, pelos cabos do mundo, andam os líderes do nacionalismo africano, ou seus agentes, arregimentando as hostes. Eles sabem que o sangue das mulheres e das crianças, derramado pelo imperialismo, impressiona o mundo e abate a barreira das armas. Eles andam cautamente nos meandros das selvas, esses agentes políticos, de cabana em cabana, concitando as negras sertanejas para o sacrifício que será a redenção dos povos de cor. As palavras que soam a democracia, sufrágio, capitalismo, comunismo, ou qualquer filosofia política, não podem ser compreendidas pelas negras sertanejas e não são essas que chegam aos seus ouvidos. Os líderes do nacionalismo afirma Maria Archer, falam-lhes de justiça, do bem e do mal, e o que seja justiça, o bem e o mal, é entendido pelo seu coração. E a negra selvagem, escrava milenária, fascina-se de ouvir dizer que a redenção dos seus filhos está próxima; que os brancos serão atirados ao mar...; que não mais se pagarão impostos... que não mais haverá trabalho compelido... Ela dará o sangue em holocausto, dará a vida sob chuva de balas, por que o sortilégio da liberdade aponta, como um sol, no horizonte da África.

A escritora Maria Archer

Agradecimento a Manoel Anselmo



A escritora Maria Archer

**AGRADECIMENTO A MANOEL ANSELMO**

Prezado Senhor, será ineditismo agradecermos algo a um fiel de Sua Excelência, o Dr. António de Oliveira Salazar. Mas V. Exa. bem o merece. Cria-nos: somos-lhe profundamente gratos pela gentileza de divulgar em Portugal o texto, embora parcial, das teses apresentadas à I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Espanha e Portugal, através dos "Cadernos de Manoel Anselmo". Já os comentários em torno das teses e da personalidade dos respectivos autores, são por de menos meritosos para acordar em nós qualquer atitude. Porém, como um favor se paga com outro favor, informamo-lo, preza do Senhor, ter descoberto um processo infalível de transformar seus "Cadernos" de minguadíssima circulação em "best-sellers" mensais: continuar publicando textos, embora comentados (mas não muito, que isso pode provocar o tédio dos leitores) dos exilados políticos portugueses na América do Sul.

Sempre ao dispor de V. Exa. para o envio de originais, reafirmamos nosso reconhecimento.

Tudo pela Nação  
Nada contra a Nação

O Conselho de Redação de P.D.

**PRO-UNIDADE**

A ditadura de Salazar identifica a prosperidade dum pequeno número com a felicidade da comunidade portuguesa de aquém e de além mar.

Ligado a um grupo financeiro internacional, possui o segredo de uma contabilidade especial, tira proveito do dinheiro do Povo, das Caixas Sindicais, da Previdência e do Fundo de Desemprego. Calcula tudo tão bem que o seu saco azul compra Judas e catedráticos políticos.

Os Homens bons da Ia. República vão desaparecendo. Outros mais jovens apareceram, aparecem e aparecerão, para lutarem com a mesma fé e patriotismo. Muitos têm sofrido e perecido, atraídos pelos informadores da PIDE.

Ao lado dos informantes, que na maior parte são considerados oposicionistas, existem mais duas classes que degradam os indivíduos: os oportunistas e os contemporizadores.

Os situacionistas e os pseudo-democratas pretendem, que o conhecimento da política e a ação é um saber e um movimento fechado, restrito a uma classe ou casta de indivíduos, que o devem guardar esotérico.

Esquecem-se que hoje, da selva ao campo e do campo à cidade, o espírito humano, na sua grandiosa evolução, caminha para uma democracia verdadeira, e civilização, na qual os altos valores do espírito são respeitados e desenvolvidos, em função dum conceito superior da vida, que ignora a rotina, a modorra, a paralisia estagnante das autocracias e do gregarismo amorfo, condicionado por um chefe supremo, onde a dignidade se perde e a personalidade se amesquinha.

Assim vivemos há 34 anos, e continuaremos a viver, se não nos convenceremos, democratas, que a Política não é só "conhecimento", mas também "ação".

Mas, como poderemos entrar no campo da "ação", se ainda não atingimos o campo do "conhecimento"?

Existe contradição entre os homens, e existe contradição no espaço.

Há 34 anos que a oposição portuguesa vive separada por respetos humanos. Uns julgam-se melhores e mais sábios do que os outros. Uma ciência desprovida de senso comum e de civismo, nada vale politicamente. Outros, ainda pior,

**RODRIGO DE ABREU**

disfarçados de democratas, expressam sentimentos salazaristas, porque limitam os actos susceptíveis de defenderem a democracia, e procuram criar uma minoria no interesse de uma nova ordem, que os beneficie e os proteja.

O momento é de acção, Amigos! Mas isto implica livre exame; espírito positivo; espírito crítico; fé no determinismo; elementos morais; pensamento desinteressado.

Ora se o homem é a unidade do corpo com o pensamento, com o sentimento e a vontade, devemos ter em conta que a autoridade não vale por aparência, por simples testemunho, ou mera coincidência.

A autoridade é uma esfera axiológica, na qual distinguimos no indivíduo não só o que é, mas também o que devia ser.

Os responsáveis pelo movimento de oposição sabem que é derivado de princípios de identidade, de contradição e de exclusão de meio, que são a lei essencial do pensamento.

A democracia opõe-se à plutocracia, e um democrata não pode ser pelo povo e pelos exploradores desse mesmo povo.

A democracia assenta na unidade, na verdade e no bem comum. Ora a unidade é a ausência de divisão, digamos de segregação. O corpo democrático é indiviso, mas divisível em partidos. E' a unidade na pluralidade, mas como os partidos não existem organizados, temos de organizar uma frente comum.

Salazar afirmou certa vez, que o partido comunista, em Portugal, era uma reduzida facção sem futuro e sem esperança. No entanto, ele, como os seus seguidores, para obstar à legítima associação de homens, para confundir força com a violência, com a cólera e com a teimosia, para fazer segregação, acusa de comunistas as pessoas com fome e sede de justiça.

Decorrem agora em Portugal as Festas Henriquinas. Todo o Mundo sabe que os portugueses foram sempre conscientes, bons cristãos e grandes civilizadores. E assim, o nosso Povo, há mais de três décadas, tem procurado conciliar a sua força com a prudência, com a temperança, e aguarda por justiça.

Deus criou a sociedade e o indivíduo. Os filósofos da Igreja trans-

**Os portugueses a Alvaro Lins**

Assinada por "Um Grupo de Democratas do Porto", foi lida, no final do banquete, a seguinte e expressiva mensagem de saudação ao Embaixador Alvaro Lins:

"Neste momento em que compatriotas nossos, refugiados ou simplesmente exilados nesse grande país, lhe prestam uma justa e significativa homenagem, queremos estar também com eles e consigo, separados embora pelo Atlântico, mas unidos pelo espírito e pelo coração. Longe, estamos presentes, para afirmar, com nosso testemunho, que embora o nome de Alvaro Lins esteja na "lista negra" da censura salazarista e tenha desaparecido inteiramente dos jornais portugueses, ele está bem vivo na consideração, na amizade, no reconhecimento e na admiração do nosso povo.

"Alvaro Lins: nós, cidadãos portugueses que vivem na cidade do trabalho e da liberdade, que sofrem com todos os seus irmãos os males, as perseguições e as dores de um regime ditatorial sem grandeza nem alegria, vêm manifestar-lhe a mais profunda gratidão, pelo muito que tem feito e vem fazendo pelo nosso pobre e heróico povo. Nesta hora dolorosa em que Portugal caminha amordaçado e decepado das suas mais nobres e belas tradições, mas apesar de tudo caminha, os que aspiram e lutam pela democracia encontraram em si um amigo, um verdadeiro irmão.

"Nós não esqueçemos o intelectual, o escritor, o cidadão brasileiro que honra a Cultura do seu país e a literatura de língua portuguesa. Mas queremos recordar sempre, para hoje e amanhã, o amigo de Portugal, o verdadeiro amigo do povo português e não dos seus tiranos. Numa hora dramática, o Embaixador Alvaro Lins soube interpretar, com coragem, clarividência e grandeza as virtudes do Brasil generoso e livre, fazendo respeitar o direito de asilo e abrindo uma clareira para os portugueses perseguidos na morte do fascismo salazarista.

"O nome de Alvaro Lins fica também ligado a esse notável acontecimento que foi a I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Portugal e Espanha, realizada em janeiro último no Salão Nobre da Faculdade de Direito de São Paulo. Também não foi fácil vencer os obstáculos levantados pelos amigos dos ditadores portugueses, aqueles que fingem amar Portugal, auxiliando os verdugos do seu povo mártir.

"Mas Alvaro Lins e os verdadeiros amigos da nossa Pátria venceram e essa vitória foi mais um passo para a libertação dos portugueses, mais uma prova de que o povo português não está só. "Cheguei à conclusão, por mim mesmo, de que o sistema português é uma ditadura desumana e atentatória dos direitos da pessoa humana", declarou Alvaro Lins, ao abrir a Conferência Pró-Anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha. Queremos também que saiba que as suas palavras e os seus atos não mais serão esquecidos dos portugueses. E na hora da Liberdade, que não pode estar longe, o nome de Alvaro Lins figurará na lista daqueles que, precisamente na adversidade, não esqueceram que Portugal é um governo que se apóia na força, mas o seu povo é capaz de todos os heroísmos para reencontrar, com o estímulo e a ajuda de todos os seus verdadeiros amigos, o caminho da sua verdadeira missão histórica.

"Unidos em volta de um objetivo comum de Libertação, os portugueses espalhados por todo o Mundo abraçam-no muito fraternalmente, Alvaro Lins".

mitiram-nos o princípio de que o poder civil emana do povo; o sentimento da Nação é a fonte de todo o poder justo.

Salazar, o Diabo, postergando a Constituição Portuguesa, ofendeu os direitos divinos e humanos.

Cumpra aos portugueses defendê-los, mas para isso têm de se unir: ricos, pobres e remediados.

**Os portugueses a Alvaro Lins**

Assinada por "Um Grupo de Democratas do Porto", foi lida, no final do banquete, a seguinte e expressiva mensagem de saudação ao Embaixador Alvaro Lins:

"Neste momento em que compatriotas nossos, refugiados ou simplesmente exilados nesse grande país, lhe prestam uma justa e significativa homenagem, queremos estar também com eles e consigo, separados embora pelo Atlântico, mas unidos pelo espírito e pelo coração. Longe, estamos presentes, para afirmar, com nosso testemunho, que embora o nome de Alvaro Lins esteja na "lista negra" da censura salazarista e tenha desaparecido inteiramente dos jornais portugueses, ele está bem vivo na consideração, na amizade, no reconhecimento e na admiração do nosso povo.

"Alvaro Lins: nós, cidadãos portugueses que vivem na cidade do trabalho e da liberdade, que sofrem com todos os seus irmãos os males, as perseguições e as dores de um regime ditatorial sem grandeza nem alegria, vêm manifestar-lhe a mais profunda gratidão, pelo muito que tem feito e vem fazendo pelo nosso pobre e heróico povo. Nesta hora dolorosa em que Portugal caminha amordaçado e decepado das suas mais nobres e belas tradições, mas apesar de tudo caminha, os que aspiram e lutam pela democracia encontraram em si um amigo, um verdadeiro irmão.

"Nós não esqueçemos o intelectual, o escritor, o cidadão brasileiro que honra a Cultura do seu país e a literatura de língua portuguesa. Mas queremos recordar sempre, para hoje e amanhã, o amigo de Portugal, o verdadeiro amigo do povo português e não dos seus tiranos. Numa hora dramática, o Embaixador Alvaro Lins soube interpretar, com coragem, clarividência e grandeza as virtudes do Brasil generoso e livre, fazendo respeitar o direito de asilo e abrindo uma clareira para os portugueses perseguidos na morte do fascismo salazarista.

"O nome de Alvaro Lins fica também ligado a esse notável acontecimento que foi a I Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Políticos de Portugal e Espanha, realizada em janeiro último no Salão Nobre da Faculdade de Direito de São Paulo. Também não foi fácil vencer os obstáculos levantados pelos amigos dos ditadores portugueses, aqueles que fingem amar Portugal, auxiliando os verdugos do seu povo mártir.

"Mas Alvaro Lins e os verdadeiros amigos da nossa Pátria venceram e essa vitória foi mais um passo para a libertação dos portugueses, mais uma prova de que o povo português não está só. "Cheguei à conclusão, por mim mesmo, de que o sistema português é uma ditadura desumana e atentatória dos direitos da pessoa humana", declarou Alvaro Lins, ao abrir a Conferência Pró-Anistia dos Presos Políticos de Portugal e Espanha. Queremos também que saiba que as suas palavras e os seus atos não mais serão esquecidos dos portugueses. E na hora da Liberdade, que não pode estar longe, o nome de Alvaro Lins figurará na lista daqueles que, precisamente na adversidade, não esqueceram que Portugal é um governo que se apóia na força, mas o seu povo é capaz de todos os heroísmos para reencontrar, com o estímulo e a ajuda de todos os seus verdadeiros amigos, o caminho da sua verdadeira missão histórica.

"Unidos em volta de um objetivo comum de Libertação, os portugueses espalhados por todo o Mundo abraçam-no muito fraternalmente, Alvaro Lins".

Se formos todos juntos não nos matarão em separado, como fizeram ao Capitão Almeida Santos.

Salazar criou um jôgo antinômico e polarizante, em que cada fenómeno isolado já contém em si mesmo o termo da sua própria antinomia.

A vida, contém a morte, e a morte contém a vida.

## Breve Nota sobre Ditadura e Salazarismo

Por AUGUSTO SANTOS ABRANCHES

Não dou novidade alguma quando procuro classificar a palavra "ditadura" como um governo de emergência, por isso mesmo temporário, em que os poderes de Estado se concentram nas mãos de um só indivíduo, ou nas de um pequeno grupo representado numa só pessoa. Os triunviratos, que o Império Romano já conhecia com todas as consequências que levam ao mais forte esmagar os outros "sócios" de poder, em lutas de certo modo fratricidas, são um complemento natural dessa política. Na realidade, esses triunviratos nada mais representavam que grupos esporadicamente unidos, e que após a vitória se viravam uns contra os outros para impôr o seu próprio ditador. O movimento, político na forma, militar na ação e econômico no estímulo, nada mais correspondia que à necessidade de uma minoria ultrapassada procurando na reação o controle absoluto das forças legislativas e executivas do Estado, e daí preparar o regresso a uma situação que o desenvolvimento nacional lançara à margem. Nesse lançamento progressivista, nessa ultrapassagem, estava implícito o desaparecimento dos interesses primordiais dessa minoria (classe, grupo afim, camada social estratificada, etc.); com o que se não resignava facilmente.

A história do regime republicano em Portugal (não um determinado livro, mas o estudo e a observação reflexiva deste aspecto da história portuguesa) mostra de maneira assombrosa onde a reação se desenvolveu e atuou ainda mal estava implantado o regime republicano com o célebre e glorioso 5 de outubro. Atentados à integridade nacional, a exemplo dessa nefasta "Monarquia do Norte", e o pseudo-governo de Sidónio Pais, são dos mais ilustrativos duma série de traições, subornos e perfídias que chegavam a pôr em perigo a própria independência nacional. O conjunto destas lutas (a maior parte subterrâneas) veio a culminar com o chamado "movimento de 28 de maio", com o qual se confunde o regime fascista português atual, na sua típica característica de salazarismo.

O "movimento de 28 de maio" não foi, contudo, uma revolução fascista; chefiado por um triunvirato constituído pelo almirante Mendes Cabeçadas e os generais Gomes da Costa e Oscar Carmona, era ditatorial na mais pura expressão, destinado a uma temporalidade. Com ele, primeiro que tudo, esboçava-se o controle do poder pelos chefes militares, o que nunca fora conseguido durante a República. A estimular essa subida ao poder, vários setores, desde a extrema direita aos grupos políticos do centro (dum republicanismo ultrapassado pelo desenvolvimento das massas, principalmente pelo esclarecimento do operariado enquanto lhe pertencia uma maior colaboração na direção do Estado), trouxeram um apelo que inevitavelmente teria de fender-se. A primeira vítima foi, parece-me, Mendes Cabeçadas e o grupo republicano centrado que representava o liberalismo de Cunha Leal, que não conseguira impor-se aos partidos da direita e seus interesses. Gomes da Costa e a fase seguinte, ainda não atentando contra a República, mas já deixando uma porta aberta para o extremismo direitista representado pelo pré-fascismo de Rolão Preto. Dois anos de descalabro econômico, quase que sob a responsabilidade desse irresponsável que foi o general Sinel de Cordes, ministro das Finanças, prejudicaram mais a nação que todos os males de dez anos de democracia — sem nenhuma das suas vantagens. A obra de recuperação econômica que já se estava fazendo, apesar das revoltas internas e da participação de Portugal na primeira Guerra Mundial (o que colocava o nosso país à frente no esforço de recuperação econômica das nações europeias participantes deste conflito) foi drasticamente destruída. Aliás, foi mesmo devido ao perigo (para a plutocracia) que essa recuperação re-

presentava, e que Marques Guedes, como último ministro das Finanças democrático, estava já levando ao completo equilíbrio econômico, que o reacionarismo movimentou todas as suas forças. A ditadura de 28 de maio não soube, no entanto, aproveitar-se desse reequilíbrio financeiro, antes o agravou até à deplorável humilhação sofrida por Portugal na Sociedade das Nações, quando do célebre (tristemente célebre) pedido de empréstimo, que só seria atendido se uma comissão estrangeira fosse tomar conta do país e orientar, fiscalizar e explorar a pátria portuguesa...

Os grupos "unificados" em torno do "28 de maio" tinham-se, entretanto, chocado numa aniquilação dos mais fracos, por afastados completamente das massas. Gomes da Costa, procurando fazer uma ditadura com o apoio dos partidos do centro, deixou-se envolver na sua incapacidade política por uma rede de descalabro econômico, que lhe era impossível deter. As extremas direitas, que até então tinham estado impossibilitadas dum representante direto no poder, encontraram em Carmona o instrumento dócil aos seus interesses. Aproveitando-se do descalabro financeiro; conseguiram transmitir para o professor universitário António de Oliveira Salazar todos os poderes ditatoriais, figurando aquele como a fachada decorativa. O "movimento de 28 de maio" estava a ponto de naufragar como a mais completa incompetência diretiva que se possa imaginar, e a única salvação que se lhe oferecia, com um plano e uma diretiva definidas, encontrava-se nas mãos do "casto" António, companheiro de quarto do não menos "pudico" então conego e professor Manuel Gonçalves Cerejeira, atual cardeal-arcebispo de Lisboa. O pânico na barca ditatorial não deixava outra saída, saída esta que garantia aos plutocratas uma continuidade inevitável, perdida desde 1910. As companhias: Portuguesa de Tabacos, União Fabril, de Diamantes de Angola, etc., e forças como as do Banco Nacional Ultramarino, limpavam o médo e correram com o pavor que já os tomava. Salazar trazia-lhes toda a sua experiência de professor universitário de Finanças, o cinismo "jesuíta" mascarado de caridoso, as primeiras "mãos limpas" e "honestas" que um governante português já exhibira, a segurança de auferirem lucros e vantagens privilegiadas sem o menor contratempo — PRINCIPALMENTE! — a certeza de poderem as finanças portuguesas mostrarem às massas e ao mundo um orçamento equilibrado, tirado do sangue e do suor de sangue do povo humilde, da nação, da pátria. Os generais, assustados com o fracasso que lhes acontecera durante a governança de dois anos, curvaram-se e acoraram-se perante as exigências que o novo ditador impunha, para lhes salvar a "honra" e a vida da revolta popular. Com Salazar, no entanto, vinha mais que um programa, uma nova diretiva econômico-política: vinha a morte da concepção clássica de ditadura, a formação duma forma de domínio das massas que encontravam menos violenta e católicamente imposta no fascismo, sem no entanto ter chegado aos últimos extremos do nazismo, no seu desprezo pelo homem e pelo humano.

Existe, assim, uma transmissão pacífica de poderes, mas não uma continuidade. No "movimento de 28 de maio" ainda havia uma chama de idealismo, um "motivo" para a sua ação. Nada disso se encontra já na subida ao poder de Salazar. Em seu lugar aparecem antes os "slogans" como "nada contra a nação, tudo pela nação" e esse seco e desumano "quem não é por nós, é contra nós". Pela primeira vez na história portuguesa, o não se aderir ao regime passa a ser considerado um crime. Mas Salazar não subira sozinho, sem outro apoio além do pavor que o fracasso governativo imprimira às forças reacionárias; trouxera con-

## NO AR a "Emissora Livre de Portugal"

Por iniciativa de um grupo de democratas portugueses, começou a funcionar em 2 de maio passado, algures, no Atlântico, a "Emissora Livre de Portugal", que pode ser captada em Portugal e bem assim na Espanha, África do Norte e do Sul. A rádio democrática portuguesa funciona em 14.395 kcs., na banda dos 19 metros, podendo ser ouvida, entre as 22 e 23 horas (hora de Lisboa), todos os dias úteis. Uma emissão especial se destina à África Portuguesa, todos os domingos, devendo os ouvintes sintonizar os seus aparelhos radiofônicos na frequência de 21.450 kcs., faixa de 15 metros. Todas as quintas-feiras, haverá emissões dedicadas ao Brasil, e ao Canadá nos dias 15 de cada mês.

Inaugurando as suas atividades, a "Emissora Livre de Portugal" transmitiu uma proclamação do sr. General Humberto Delgado. Depois de historiar longamente a sua ação na campanha presidencial de 1958 e de referir os diversos aspectos da luta posteriormente desenvolvida contra o regime fascista de Salazar, o ex-candidato independente e líder democrático declarou:

Vive-se em Portugal como se estivéssemos sob ocupação estrangeira, chefiada por um estrangeiro de nome Salazar, paradoxalmente apoiado nas ferrujentas espadas de generais portugueses. Espera o ditador que, ao morrer de morte natural, tais espadas vão abater-se em continências fúnebres à sua memória. Essas espadas que outrora, em vez de penderem para a Terra, em homenagem a usurpadores, brilhavam, erectas, ao Sol, para combatê-los. Esses generais, que nos tempos de antanho eram afeitos à guerra, e agora se esparramam nos sofás dos gabinetes como se não houvesse sido vilmente defraudado nas urnas um camarada com quem, para suprema vergonha deles, alguns fingiam que conspiravam contra o Governo!

Pode a Nacionalidade continuar suportando esta situação miserável?

A força armada, salvo raros e preciosos elementos, continua adjando o pagamento da dívida de honra, que tem com a nação que a sustenta. Que a sustenta, repito. E o Exército mantém a sua indiferença, apesar de, sem tiros, em passeio militar ao palácio de São Bento, até por telefone, poder libertar a Pátria em minutos. Mas para isso necessita-se da virilidade de ao menos uma dúzia de oficiais.

Se não o fizerem, que fica, senhores, como recurso, a não ser a Nação resolver por ela própria o problema, dando o exemplo a essa mesma força armada?

Portugueses! A hora chegou. Que o fogo sagrado do patriotismo, inflame a grei! Que haja quem se disponha a correr riscos como eu e outros exilados nos dispusemos a correr, quando aí estávamos. Muitos o sabem.

Que a Nação desperte! Que a Juventude acorde! Que os corações e as energias se unam galhardamente, audazmente, Pró-Pátria, Pró-Liberdade, para nos desfazermos do tenebroso tirano, e enfim vermos raiar a aurora da nova Era, da Era da Honra nacional; da Era do Sol; da Era da Liberdade.

Portugueses! com o coração latejando de fé, exsudando amor pelo povo Português, que tão vibrantemente me mostrou, e mostra diariamente, a sua dedicação, vos envio estas palavras comovidas, sentindo afluir ao peito, em borbotões, a saudade da Pátria em que nasci e em que quero morrer, mas não como escravo.

Portugueses, civis e militares: é tempo de destronar o ditador que nos tornou a vida nesta apagada e vil tristeza de sermos estrangeiros dentro da própria Pátria!

Portugueses! Viva Portugal!  
Portugueses! Viva a Liberdade.  
Portugueses! Viva a República Livre!

A todos os nossos leitores, onde quer que se encontrem, agradecemos nos comunicarem como puderam escutar os programas da "Emissora Livre de Portugal".

Um "sócio" da mais alta confiança e uma força que se vinha agitando contra a liberdade de ação que lhe fora dada, em troca do seu afastamento dos quadros do funcionalismo, por conseguinte a perda do ordenado que até aos últimos dias da monarquia tinha sido assegurado: Cerejeira e o clero católico. A vergonhosa submissão dos generais do então exército português, a perseguição desenfreada às pequenas economias do povo através de contribuições, impostos e multas; a despedida em massa do pequeno funcionário público — tudo isso que marca na governança pública uma economia tacaña, mais, rotulada de "Doña Maria" no que significa em tirar o parco pão da boca dos mais pequenos para o dar aos filhos mais crescidos, completa-se com a destruição da pequena burguesia e das organizações operárias. Há uma regressão em todos os campos da atividade portuguesa, onde o rebaixamento moral leva à revolta elementos dirigentes católicos, mesmo contra as diretivas do seu dirigente máximo em Portugal. As polícias militar e civil (na verdade unificadas num comando único) transformam-se nas únicas forças armadas com poder militar, tendo a seu serviço os meios de informação retintamente depressivos e desprezíveis, pois desde então até as crianças e os jovens se transformaram nos centros mais eficientes de delação e propaganda salazarista.

Ah, mas uma nação não morre assim na lama mais humilhante, poluída no mais sagrado da sua consciência nacional e na sua cultura viva! Até quando? Hoje ou amanhã será a hora. E sabemos, sentimos profunda e intensamente, que nesta negra era de cinzas, o fogo lá arde para iluminar o dia da redenção.

nhuma em publicar o que pretende. De outro modo, não conte conosco.

"ASSIDUO LEITOR", Toronto — Muito agradecemos o recorte do jornal que nos enviou, assim como o interesse que lhe merece o "Portugal Democrático". Publicaremos com prazer qualquer colaboração sua, mas não o faremos sem que se identifique perante nós ou junto dos nossos companheiros do Comité Democrático Português, com sede nessa cidade. Caro "Assíduo Leitor": o primeiro passo a dar é, se nos encontramos em país livre e democrático como o Canadá, dizer bem alto a nossa convicção. E' esse um dos meios de combater Salazar, a sua polícia odiosa e as bandalheiras de ambos.

F.O.M., Caracas — Muito grato pelas suas judiciosas considerações sobre a divulgação do jornal da Democracia Portuguesa (o "PD") na Venezuela. Particularmente lhe escrevemos. Prossiga, pois continuamos sendo poucos... E escreva.

J. SARMENTO, Joanesburgo — Todos os assuntos de que tratava na sua carta foram respondidos já, diretamente. Obrigado pelo seu interesse. Continuamos precisando, é claro, da sua ação, e bem assim da de todos os democratas.

ANTONIO M. FERRER, Londrina — Foi com prazer que tivemos as suas notícias, depois do último contato (há meses) em São Paulo. Também esperamos que possa fazer algo nessa região pelo Jornal dos Portugueses, o "PD". Já lhe respondemos por carta, recebeu?

JOHN MARTIN, Montreal (Canadá) — Nada do que nos enviou se extraviou, felizmente, incluindo o cheque. Muito nos interessa, evidentemente, que colabore na expansão do nosso jornal nessa cidade. Se quiser outros pormenores, peça-os diretamente ao "Portugal Democrático" ou ponha-se em contato com os nossos amigos do "Comité Democrático Português" do Canadá, com sede em Toronto.

J. S. ANDRE', Maringá (Paraná) — Tomámos boa nota do seu novo endereço. Não deixe de continuar colaborando conosco o melhor que puder — divulgando o "PD".

ALVARO BRAGA, Recife — Por carta lhe respondemos já, dando satisfação a todos os seus pedidos. Muito lhe agradecemos também toda a atividade que tem desenvolvido em benefício da divulgação do PORTUGAL DEMOCRÁTICO.

A. J. BRAVO, Rio de Janeiro — Agradecendo o interesse que demonstra pelo PORTUGAL DEMOCRÁTICO, transmitiremos a sua sugestão ao dr. Casais Monteiro — a não ser que V. queira apresentar, lhe pessoalmente, pois este nosso companheiro de redação, como deve saber, vive também no Rio de Janeiro.

M.C. PINTO, Recife — O seu livro "Naturama" não chegou à nossa redação, pelo que, deste modo, agradecemos apenas a intenção — que foi boa. Quanto ao "Congresso dos Democratas Portugueses", realizar-se-á, pois foi apenas adiado, por motivos vários. Mas a Comissão Executiva não se desfez. Vá lendo o nosso jornal e lá encontrará notícias, esperamos que em breve.

EDUARDO MONTEIRO, Recife — O jornal já começou a seguir para o seu novo endereço. Se gostou tanto do livro de Maria Archer, faça já o pedido do outro volume sobre a Defesa de Aquilino Ribeiro. Faça propaganda do nosso jornal, colabore.

JOAQUIM F. M., Montevideu — Também esperamos que a sua iniciativa resulte frutuosa. Mande notícias e divulgue sempre o nosso jornal, cuja ação aumentará, é claro, na medida em que receber — como vem recebendo — um apoio cada vez mais ostensivo de todos os democratas portugueses espalhados pelo Mundo.

HENRI DUBUISSON, Havre, (França) — Esperamos que, finalmente, o nosso jornal lhe tenha chegado às mãos. Achávamos, no entanto, preferível que tratasse o seu caso diretamente com o nosso representante em Paris, ao qual podem e devem dirigir-se, aliás, todos aqueles que porventura se encontrarem nas mesmas condições.

J. B. SOUZA MOURA, Bahia — Já lhe foram dadas todas as indicações, por carta, sobre as nossas edições. Divulgue-as, e faça-o também em relação ao nosso jornal.

## Correspondência

ANTONIO RODRIGUES, Caracas — Muito lhe agradecemos as palavras amigas que dirigiu ao nosso jornal, assim como todo o interesse que demonstra pela causa da Democracia Portuguesa. Sobre o artigo que desejava ver publicado, francamente lhe dizemos que trata de esclarecimentos vários que conhecíamos há muito e cuja atualidade fora já ultrapassada na altura em que a sua carta chegou às mãos do redator. E' evidente que aceitamos e agradecemos toda e qualquer colaboração, desde que animada — como era a sua — do espírito de unidade anti-fascista. Mas procure, quando escrever, limitar-se a casos concretos, não se alargando por considerações demasiado generalizadas: que Salazar é ditador, todos o sabemos. O que importa, agora, é combatê-lo. Disponha sempre de nós e propagandeie o nosso jornal, fazendo-o ler pelo maior número de portugueses e indicando-nos novos assinantes. Quaisquer informações, poderá obtê-las junto dos nossos representantes em Caracas, ou diretamente na administração e redação do "Portugal Democrático", em São Paulo.

M. L., Buenos Aires — Foi tudo devidamente providenciado, quanto à remessa do jornal, conforme pretendia. Por carta se lhe respondeu, aliás. Mas queremos por este meio agradecer-lhe também toda a ação que vem desenvolvendo em benefício da expansão do "PD".

M. F. (?), São Paulo — Pode contar com o nosso inteiro apoio no combate à ditadura salazarista — que é por isso mesmo que lutamos. Mas não publicaremos as suas acusações, já que a sua carta é anónima. Documento o que declara, identifique-se perante qualquer dos membros responsáveis do nosso jornal e não teremos dúvida ne-

## SALAZAR CONTRA O DIREITO DE ASILO

LISBOA — Causou verdadeira sensação, pelo escândalo que revela dos processos totalitários de Salazar e dos seus ministros-titulares, o incidente verificado entre o novo embaixador da Colômbia, dr. Enrique Santos Montejo, e o ministro dos Negócios Estrangeiros fascista. O ministro Matias deu brutalmente a escolher ao diplomata colombiano: ou entregava o refugiado, dr. Sebastião Ribeiro, ou não seriam aceitas as suas credenciais. O embaixador saiu de Portugal.

N. da R. — Foi o seguinte o telegrama que, a respeito, foi divulgado pela agência "France Presse": "O diplomata colombiano Enrique Santos Montejo, declarado "persona non grata", partiu para Madrid, devendo embarcar em um porto espanhol, de regresso à Colômbia. Ele havia sido nomeado por seu governo ministro plenipotenciário em Lisboa, mas não pôde apresentar suas credenciais ao governo português. Acredita-se que esse incidente está relacionado com o asilo concedido, a 20 de abril, por Santos Montejo ao juiz Sebastião Ribeiro, companheiro dos líderes da oposição portuguesa, general Humberto Delgado e Henrique Galvão. O governo português, que não reconhece o direito de asilo aos refugiados políticos, parece tê-lo informado do descontentamento que lhe causou a sua atitude. Tendo o diplomata colombiano mantido a sua decisão, a apresentação das credenciais foi adiada "sine die"."

### JORNALISTA DOS EUA PROIBIDO DE ENTRAR EM PORTUGAL

Recorremos à agência "UPI", que distribuiu o seguinte telegrama: "O jornalista norte-americano Richard Scott Mowrer, correspondente em Madrid do diário "The Christian Science Monitor", de Boston, foi proibido de entrar em Portugal por determinação das autoridades daquele país. Mowrer, que vive em Madrid, pretendeu ontem entrar em território português, por um ponto da fronteira situada entre Badajoz e Elvas, mas a polícia o impediu.

Segundo se afirma, a polícia portuguesa adotou essa atitude porque as informações que o jornalista tem enviado sobre Portugal têm sido tendenciosas e inexactas". Mowrer trabalha para vários jornais além do "Christian Science". Ao que parece, queria ir a Portugal para escrever uma série de artigos para o "Chicago Daily News".

### FUGITIVOS DE PORTUGAL

Datando-o de Madrid, a "France-Presse" divulgou um estranho telegrama, que reproduzimos, sem comentários:

"Elementos da polícia marítima espanhola interceptaram um navio português, o "Hiran", na entrada do porto de Vigo, por se acharem a bordo 23 pessoas, que fugiram de Portugal por motivos políticos, segundo se informa de fontes geralmente dignas de crédito. Os passageiros do "Hiran", cujos nomes não foram revelados, pertencem, ao que parece, à oposição ao regime do primeiro-ministro Oliveira-França, clandestinamente. Foram Salazar e pretendiam entrar na todos detidos e postos à disposição das autoridades portuguesas".

### TEATRO CENSURADO

PORTO — O ator Luís de Lima, que há longos anos se fixara no Brasil, depois de ter trabalhado em França, mas que há cerca de um ano voltou a Portugal, acaba de ser vítima de mais uma escandalosa "peça" da censura luso-fascista.

Luís de Lima preparou, com efeito, durante cinco meses, um grupo experimental de teatro, com sede nesta cidade, estreando com a peça de Goldoni, "Arlequim, servidor de dois amos". A apresentação no Porto foi autorizada, mas os jornais proibidos de fazer crítica, interdição que foi levantada, de resto, decorridos dois dias. Partindo em "tournée" pelo norte, o ator-diretor teve a surpresa de ver que o seu espetáculo foi proibido em Viana do Castelo, no momento em que devia principiar; o mesmo aconteceu, em seguida, em Guimarães e na Póvoa de Varzim, apesar de ter sido o espetáculo efetuado em Barcelos.

Goldoni proibido pelos censores salazaristas —ninguém esperava! Mas o ataque é tanto mais insólito, quanto os componentes da "troupe" de Luís de Lima não ti-

veram, até agora, "contas a ajustar" com a PIDE.

Outra notícia insólita que não queremos deixar de transmitir é a de que estão atuando como denúncias à censura todas, ou quase todas, as "críticas literárias" assinadas pelo sr. Amândio César...

### CANADÁ

#### O MOVIMENTO DE UNIDADE ANTI-SALAZARISTA PROGRIDE

TORONTO — E' com satisfação que comunicamos a todos os leitores do PORTUGAL DEMOCRÁTICO, isto é, aos mais importantes núcleos de anti-salazaristas espalhados pelo mundo, que a procura por parte dos portugueses, quer deste órgão de imprensa, quer de livros que falam da luta contra o ditador, é cada vez mais intensa. Paralelamente, o grupo de democratas portugueses procura também divulgar tudo o que pode sobre as vantagens da Democracia e, particularmente, sobre os direitos de que goza todo o cidadão neste país livre que é o Canadá.

Informamos, ao mesmo tempo, que procedemos a uma reorganização do nosso Comitê, embora só em outra oportunidade tentemos dar uma idéia da remodelação a que procedemos. Adiantamos, todavia, que contamos, agora, com vários secretariados, cada um dos quais dispõe de um secretário e de uma comissão de vogais.

Podemos adiantar ainda que de diversas regiões do Canadá têm chegado inúmeras adesões, especialmente de Montreal, onde os democratas portugueses começam a afirmar-se inúmeros, disciplinados, unidos e aguerridos. Muito em breve, esperamos dar mais amplas informações sobre as nossas atividades. Mas aproveitamos, uma vez mais, a oportunidade, para solicitarmos a todos os portugueses que, direta ou indiretamente, colaborem na tarefa em que nos empenhamos de contribuirmos também para a queda do salazarismo. Diretamente: colaborando publicamente com o Comitê Democrático; indiretamente: recolhendo e enviando-nos fundos e divulgando os livros editados em São Paulo e bem assim o próprio PORTUGAL DEMOCRÁTICO, órgão necessário de uma grande Causa.

### DUAS MENSAGENS DO GENERAL DELGADO

Na oportunidade da inauguração da Nova Capital do Brasil, o sr. General Humberto Delgado enviou ao Presidente Kubitschek a seguinte mensagem de saudação:

A Sua Excelência O Presidente Juscelino Kubitschek Palácio da Alvorada Brasília

Excelência: No dia festivo em que Vossa Excelência inaugura Brasília — passo histórico para melhor integração do Brasil — não poderíamos faltar os cumprimentos de quem Vox Populi diz ser o representante de jure do Povo Português.

Coincide a data com a do Tiradentes, símbolo da Independência, cujo espírito filho é da Liberdade. Por Ela me refugiei no Brasil, evitando assim ser eliminado da Luta, o que, a dar-se, redundaria em perda para a Causa que defendo, simbolismo e chefio.

Por curiosa coincidência, pisei o solo deste país livre e generoso exatamente há um ano, em 21 de abril de 1959. O facto mais intensamente fará viver na minha alma a crença nas ideias universais que unem, ou devem unir, a Comunidade Luso-Brasileira:

Dignar-se-á Vossa Excelência aceitar os protestos de minha mais alta consideração e o profundo reconhecimento pelo asilo concedido."

(a) Gen. HUMBERTO DELGADO AO PRESIDENTE EISENHOWER

Por só agora ter chegado à nossa redação, PORTUGAL DEMOCRÁTICO divulga, entretanto, a mensagem que o sr. General Humberto Delgado remeteu ao Presidente Eisenhower, quando este passou, há meses, pelo Brasil:

"A Sua Excelência O Presidente Dwight Eisenhower São Paulo

Excelência: O generoso Povo Brasileiro está recebendo Vossa Excelência com a entusiástica vibração que merece a dupla personalidade que Vossa Excelência representa: Chefe da Nação Líder do Mundo Livre, e general Comandante-Chefe das forças que destruíram a aberração Nazi.

## SAUDAÇÃO DO GENERAL DELGADO AO EMBAIXADOR ALVARO LINS

Do sr. General Humberto Delgado, Presidente Eleito de Portugal, recebeu o sr. Comandante Sarmiento Pimentel a seguinte e expressiva carta que, na íntegra, reproduzimos: São Paulo, 25 de Maio de 1960. Exmo. Senhor Cap. João Sarmiento Pimentel, Ilustre Presidente do Centro Republicano Português de São Paulo.

Prezado camarada e correligionário:

Quando no dia 5 p.p. o Centro Republicano teve a gentileza de levar-me como seu convidado de honra ao banquete de homenagem a S. Exa. o embaixador Alvaro Lins, não fui incluído no número de oradores — o que pareceu estranho a alguns dos presentes.

Esportaneamente informou-me V.S., dias depois, que a exclusão fora baseada no amável desejo de não criar qualquer situação que colidisse com as instruções acaso por mim recebidas na célebre conversa de 18 de Dezembro do ano passado, para a qual me convocou o embaixador Pio Correia, do Itamarati. Fui então aconselhado a respeito da Conferência pró-Anistia aos Presos e Exilados Políticos, conforme carta que dirigi ao ilustre brasileiro, nosso comum amigo, Dr. Paulo Duarte.

Pede-me V.S. agora que diga algumas palavras a respeito de Alvaro Lins, destinadas a publicação. Gostosamente satisfaço o pedido e até por ele me considero grato, visto proporcionar-me assim oportunidade de dizer sensivelmente o que haveria dito na noite de 5, apenas com a prosa mais açacalada — por ser escrita.

Não é minha intenção repetir o que o viril e ilustre brasileiro fez público quer em reportagem célebre, quer no banquete e o que o honramos. A minha entrada e a minha saída na Embaixada já foram bastante discutidas, por vezes até em confuso babarêu capaz de apagar a rigidez clara com que Alvaro Lins traçou, de princípio a fim, a sua ação, aliás alicerçada em instruções superiores — que ele não permitiu se obscurecessem com o tempo — nos textos de tratados internacionais, na tradição e nos sentimentos humanitários. ("Eu não sou um carcereiro...")

Assim, desejo salientar agora alguns pontos desconhecidos, ou menos tratados, no "caso Humberto Delgado".

Em primeiro lugar quero pôr em relevo a minha discordância quanto a qualquer vaga corrente que atribua a Alvaro Lins animosidade contra Portugal. Nas minhas relações de 98 dias com o embaixador vi, sim, ao contrário, uma apreciação doseada, honesta, dos sentimentos, nesta questão, como julgo deve ser apanágio do embaixador do país irmão, que, nem por ser irmão, deve perder as características inerentes à sua soberania, ademais de grande potência Americana. O embaixador do Brasil em Portugal, não deve nem pôde ser o embaixador de qualquer tirano junto do Itamarati, mas sim o re-

De General da Força Aérea Portuguesa, passei a simples exilado político no Brasil, por a pedido da Oposição, ter concorrido à Presidência da República, nas feticivas eleições de 8 de junho de 1958, classificadas de "farsa" pela imprensa estrangeira.

Como exilado, não tenho outro meio, além de esta carta, para transmitir a Vossa Excelência o que a alma sente. Na dupla qualidade de ex-candidato à Presidência da República e ex-colega na NATO, em que servi, no Comitê dos Representantes Militares, venho apresentar os meus mais respeitosos e sinceros cumprimentos de boas vindas.

Permitirá Vossa Excelência que, como líder da Oposição a um regime que escravizava o bom e sofredor Povo Português, expresse os meus votos no sentido de que os Estados Unidos da América evitem dar prestígio, ainda que por meios indiretos, aos ditadores dos países que estão a tempo de salvarem-se da degradação inerente aos regimes totalitários.

Dignar-se-á Vossa Excelência, Senhor Presidente, aceitar os protestos da minha alta consideração e a expressão da minha velha amizade pelos Estados Unidos da América, bem provada e cimentada durante a longa permanência em Washington."

(a) Gen. HUMBERTO DELGADO

presentante do Povo Brasileiro junto do Povo Português.

Depois, quero pôr bem claro que Alvaro Lins, a despeito de seu espírito anti-ditatorial, levou os escrúpulos de embaixador além de que humanamente era de esperar da parte de quem foi tratado pelo governo Português, sua polícia e censura à imprensa, de forma agreste, se não enxovalhante. Desta forma, quando ofereceu um coquetel à passagem de Erico Verissimo por Lisboa, teve o cuidado de pedir a lista dos membros da Associação dos Escritores para fazer os convites. Tão escrupuloso, apesar de a tal não ser obrigado, que excluiu alto vulto da Oposição, escritor também, mas não inscrito.

Dentro da mesma ordem de idéias, dando lições de honestidade ao que se intitula Governo Português, recusou sistematicamente aos jornalistas e fotógrafos, terem contacto comigo durante o asilo.

Quando na célebre noite de 20

## Viagem dispensável

Rubem BRAGA

A "diplomacia" salazarista está criando um caso mais grave que aquele sucedido com nosso embaixador Alvaro Lins. Um embaixador da Colômbia, que se recusou a dar asilo a um democrata português ameaçado pela polícia política foi alvo de tantas críticas em seu país que o governo Lleras Camargo o chamou de volta a Bogotá. Não era para menos, pois a atitude desumana do embaixador resultou na entrega do perseguido político aos seus perseguidores.

O governo Lleras Camargo nomeou, naturalmente, outro embaixador para Lisboa. Antes, porém, que ele chegasse para tomar posse, um outro perseguido político, o advogado Sebastião Ribeiro, pediu asilo à embaixada. O encarregado de negócios, que podia fazer? Se o embaixador fora criticado e demitido pelo seu governo por não conceder asilo ele não quis ter a mesma sorte. Acolheu o advogado e disse de notícia ao governo português. Quando o novo embaixador colombiano, sr. Santos Montejo, chegou e pediu audiência para apresentar credenciais, recebeu a resposta de que a data dessa audiência só seria marcada depois que o asilado fosse entregue às autoridades. Para não se submeter a essa exigência odiosa e acintosa o sr. Montejo pediu demissão. E está a encenra formada.

O excesso de panos quentes com que a nossa diplomacia tratou o caso Alvaro Lins encorajou, como se vê, a ditadura salazarista. Consequimos, é certo, a solução desejada, mas tivemos que mandar a Lisboa o secretário-geral do Itamarati, além de dois diplomatas amadores, os srs. Carlos Lacerda e João Ribeiro Dantas. Estimamos, certamente, que as boas relações entre Brasil e Portugal não ficassem afetadas pela teimosia e intolerância da ditadura portuguesa, mais interessada em cevar seu ódio nos adversários que em respeitar os sentimentos e tradições humanitárias de uma país amigo. Afirma-se, entretanto, que o Itamarati só obteve a solução do caso graças a uma concessão secreta e imperdoável: a promessa de que seria recusado o visto para entrada no Brasil de outro exilado político português atualmente na Venezuela. Será triste se isso for verdade.

O carinho que nós todos temos pela terra e pela gente portuguesa, carinho familiar, de sangue e de emoção, não justifica essas concessões aos designios odiosos da ditadura salazarista. Manter boas relações com Portugal, seja qual for o seu regime, é uma coisa; contribuir, com uma culposa complacência e escusados salamaleques a Salazar, para fortalecer esse regime, é outra.

O presidente Juscelino, cujo governo já é culpado de incompreensível apóio à ditadura paraguaia (e esse negócio de venda de armas, que há de verdade nisso?) faria melhor em cancelar discretamente sua viagem a Lisboa para que os hinos e os discursos de sua recepção não tornem mais dolorosos os gemidos dos democratas que sofrem e morrem nos cárceres e campos de concentração da ditadura implacável.

(De "Folha de S. Paulo")

para 21 de Abril, com o salão da embaixada cheia de diplomatas e até dois diretores de jornais brasileiros eu um pouco como o D. Pedro IV, disse o "ficio" (ao querer o governo Português impor-me condições degradantes para deixar Portugal rumo ao Brasil), vi perspassar, como chispa de fogo pelos olhos de Alvaro Lins, a satisfação nitida do "colega de pensamento".

Depois, em poucos minutos, as duas partes concordaram. Alvaro Lins vencedor, modestamente logo dividiu a vitória com o Dr. João Dantas, diretor do DIÁRIO DE NOTÍCIAS do Rio, jornalista que deve ter interferido no último momento por forma que, creio, ainda não foi bem esclarecida. Por minha insistência veio João Dantas comigo no avião que me trouxe ao Brasil. Ainda lembrança de Lins.

Finalmente que fique aqui exposto para honra do Brasil generoso, manirrotto: Alvaro Lins e D. Heloisa não podem ser separados na forma elegante, afável, com que dentro dos limites das normas diplomáticas, me concederam asilo. Não foi apenas o excelente conforto material. Foi mais do que isso: um ambiente de carinho familiar e a atmosfera de nível intelectual, no seio de uma família que é afetuosa e é culta.

Por isso quando à despedida abracei Alvaro Lins no atrio da embaixada, senti que os nossos corações batiam como se fossemos amigos de infância.

Penso que será agradável ao ilustre embaixador, quando ler estas linhas, sentir por de irás delas, todo o calor da gratidão, dedicação e amizade.

Acceptará V.S. a expressão dos meus melhores cumprimentos, Pró-Pátria Pró-Liberdade — (a) Gen. HUMBERTO DELGADO".

### PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Diretor-Responsável  
Otávio Martins de Moura  
CONSELHO DE REDAÇÃO

João Alves das Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araújo, Fernando Correia da Silva, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vítor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa  
Letra

REPRESENTANTES  
RIO DE JANEIRO

SUCURSAL:  
Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110

Dias úteis: das 19 às 22 horas  
Sábados: das 15 às 19 horas  
FORTALEZA: dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará  
JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 — Juiz de Fora (M.G.)

BELO HORIZONTE: Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24, Belo Horizonte (M.G.)

PORTO ALEGRE: Luis Firmilino de Vilhena — Caixa Postal 413 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul

INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England

CANADÁ: Comitê dos Portugueses Democratas do Canadá — 47 Barrymore Road — Scarborough — Ontario — Canadá  
FRANÇA: Tomás Ferreira Rato, 29 Rue St. André des Arts-Paris, 6. me  
VENEZUELA: Junta Patriótica Portuguesa — Apartado 9023 — Caracas.

ARGENTINA: Jorge António — R. General Hornos n.º 1.000 — Caseros — Provincia de Buenos Aires

REDAÇÃO  
Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE  
Dias úteis: das 19 às 22 horas.  
Sábados: das 15 às 18 horas.  
Número avulso: 5,00 cr.  
Assinatura especial: 100,00 cr.  
Ass. para o Exterior: \$ 3,00 U.S.

Ano IV — N.º 37 Junho de 1961

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.